

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA
NA LOCALIDADE DE SERRARIA
SÃO JOSÉ/ BIGUAÇU – SC

HENRIQUE PEDRO DOS REIS

FLORIANÓPOLIS – SC.
Outubro – 2004

HENRIQUE PEDRO DOS REIS

**AS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA
NA LOCALIDADE DE SERRARIA
SÃO JOSÉ/ BIGUAÇU – SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia para a obtenção de Grau de Mestre na área de Desenvolvimento Regional e Urbano.

**Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi
Aued**

**FLORIANÓPOLIS – SC.
Outubro – 2004**

HENRIQUE PEDRO DOS REIS

**AS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA
NA LOCALIDADE DE SERRARIA
SÃO JOSÉ/ BIGUAÇU – SC**

Profº. Dr. Idaleto Malvezzi Aued
Orientador - CNM/UFSC

Profº. Dr. Nazareno José de Campos
Membro - GCN/UFSC

Profª. Dra. Bernadete Wrublevski Aued
Membro - CSO/UFSC

Profº Dr. Ivo Marcos Theis
Membro - FURB

AGRADECIMENTOS

Aos pescadores e moradores de Serraria,
que relataram suas histórias de vida.

Aos amigos Roberto, Edna e Marlene,
que foram de fundamental importância.

Ao Idaleto,
pela orientação e principalmente compreensão.

À minha companheira, Cristina,
que sempre me incentivou.

A todos os familiares,
pelo incentivo e compreensão

À Marli, que sempre se mostrou prestativa e
amiga na Secretaria do Programa de Pós-Graduação.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	06
LISTA DE FIGURAS.....	07
LISTA DE FOTOS	08
RESUMO.....	09
ABSTRACT	10
I INTRODUÇÃO	11
1.1 METODOLOGIA.....	15
II CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO	21
2.1 A LOCALIDADE DE SERRARIA	21
2.2 AS BAÍAS NORTE E SUL EM RELAÇÃO À SERRARIA	26
III OS PRIMEIROS SÉCULOS DA OCUPAÇÃO LUSITANA	31
IV EVOLUÇÃO PESQUEIRA NO BRASIL	35
4.1 A PRODUÇÃO DOS PESCADORES LAVRADORES	35
4.2 A PEQUENA PRODUÇÃO DOS PESCADORES ARTESNAIS	38
4.3 A PRODUÇÃO DOS ARMADORES E EMPRESAS DE PESCA	45
V AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS.....	51
5.1 PRIMEIRO PERÍODO (ANTES A 1960) – AS CANOAS MOVIDAS A REMO E/OU À VELA	52
5.2 SEGUNDO PERÍODO (1960 – 1975) – A PESCA EM NOVOS MARES	69
5.3 TERCEIRO PERÍODO (1975 – 1990) – A ESPECIALIZAÇÃO DA PESCA NA CAPTURA DO CAMARÃO	78
5.3.1 A pesca de camarão com rede de caceio.....	79
5.3.2 A pesca de camarão com rede de arrasto.....	81
5.4 QUARTO PERÍODO (1990 – ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI): A INTRODUÇÃO DO MAQUINISMO NA PESCA DE SERRARIA.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
BIBLIOGRAFIA	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de organização da produção da pesca praticada pelos pescadores-lavradores e pelos pescadores artesanais ou autônomos no Brasil	45
Quadro 2 – Resumo sobre a pesca embarcada no Brasil	50
Quadro 3 – Resumo dos diferentes períodos da organização da produção na pesca na localidade de Serraria	89

LISTA DE FIGURAS

MAPA N° 01 – Localização da Área de Estudo: Bacia Hidrográfica do Rio Serraria – SC	22
MAPA N° 02 – Geomorfologia da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria/SC	23
MAPA N° 03 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-1938	53
MAPA N° 04 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-1957	55
MAPA N° 05 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-1978	76
MAPA N° 06 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-2002	86

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 – Porção Norte da Praia de Serraria	24
FOTO 02 – Trapiche – Embarcações ancoradas na Baía Norte e, ao fundo, extremidade norte da Ilha de Santa Catarina	26
FOTO 03 – Vista Geral da Serraria – Ao fundo Baía Norte.....	85
FOTO 04 – Orla Marítima totalmente urbanizada	87

RESUMO

REIS, Henrique Pedro dos. **AS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA NA LOCALIDADE DE SERRARIA – SÃO JOSÉ/BIGUAÇU – SC.** Florianópolis, 2004. 97 f. Dissertação de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 2004.

O objetivo deste estudo é analisar as transformações da atividade pesqueira e agrícola na localidade de Serraria, em seus aspectos sociais e econômicos, relativas à produção agrícola e principalmente à pesqueira, relacionando-as com as modificações na forma de produzir dos pescadores, com a evolução da ocupação do solo no período histórico pesquisado (década de 1940 a 2001), e suas interações com os municípios de Biguaçu, Florianópolis e São José, da qual a localidade hoje é bairro, com a finalidade de compreender por que essas atividades vêm desaparecendo ou extinguiram-se ao longo do tempo. Esta pesquisa do tipo 'Pura', quanto à análise e interpretação dos dados, adotou uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi classificada como Exploratória, Descritiva e Explicativa. As fontes de informação foram obtidas por intermédio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo. Para a coleta de dados da pesquisa de campo, foram realizadas dez entrevistas com pescadores e moradores da localidade de Serraria, com aproximadamente uma hora de conversação em cada depoimento. O tipo de entrevista utilizado foi o despadronizado ou não-estruturado. O estudo está dividido em cinco capítulos: Na introdução, são apresentados os objetivos, a justificativa e os procedimentos metodológicos da pesquisa. O segundo capítulo refere-se à descrição da área de estudo, situando geograficamente a localidade de Serraria e a sua relação geomorfológica com as Baías Norte e Sul da Microrregião de Florianópolis. O terceiro capítulo trata dos primórdios da ocupação lusitana e um resumo das atividades econômicas da região. O quarto capítulo refere-se à evolução da pesca no Brasil, considerando que o início das mudanças, ocorridas em Serraria, está diretamente ligada ao contato dos pescadores com a pesca em locais nos quais os níveis das forças produtivas eram mais avançados. O quinto capítulo descreve as transformações econômicas e sociais que ocorreram em Serraria no período que vai da década de 1940 até o ano de 2001, através da análise e interpretação dos depoimentos dos entrevistados. Nas Considerações Finais, discute-se a passagem da produção individual da vida para a coletiva, sob a ótica do modo de produção capitalista. Concluiu-se que, nos dias atuais, o cotidiano de Serraria está completamente inserido na dinâmica do modo de produção capitalista globalizado. A agricultura desapareceu por completo e, na pesca, alguns poucos pescadores ainda subsistem precariamente. Outros passaram a exercer diferentes atividades que, aos poucos, foram inseridas no processo de urbanização da localidade. Outros, ainda, fizeram-se desnecessários à acumulação do capital.

Palavras-chave: Serraria. História. Pesca. Embarcações. Redes. Ocupação do Solo.

ABSTRACT

REIS, Henrique Pedro dos. **AS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA NA LOCALIDADE DE SERRARIA – SÃO JOSÉ/BIGUAÇU – SC.** Florianópolis, 2004. 97 f. Dissertação de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 2004.

The objective of this study is to analyze the transformations of the fishing and agricultural activity in the place of Serraria, in their social and economical aspects, relative to the agricultural production and mainly to the fishing, relating them with the modifications in the form of producing of the fishermen, with the evolution of the occupation of the soil in the researched historical period (decade from 1940 to 2001), and their interactions with the municipal districts of Biguaçu, Florianópolis and São José, of the which the place today is neighborhood, with the purpose of understanding why those activities are disappearing or they extinguished along the time. This research of the type 'Pure', as for the analysis and interpretation of the data, it adopted a qualitative approach. As for the objectives, the research was classified as Exploratory, Descriptive and Explanatory. The sources of information were obtained through the bibliographical research and of the field research. For the collection of data of the field research, ten interviews were accomplished with fishermen and residents of the place of Serraria, with approximately one hour of conversation in each deposition. The interview type used was the no-standardize or no-structured. The study is divided in five chapters: In the introduction, the objectives, the justification and the methodological procedures of the research are presented. The second chapter refers to the description of the study area, placing the place of Sawmill and his/her relationship geomorfológica geographically with the North and South Bays of Region of Florianópolis. The third chapter treats of the origins of the Portuguese occupation and a summary of the economical activities of the area. The fourth chapter refers to the evolution of the fishing in Brazil, considering that the beginning of the changes, happened at Serraria, it is directly linked to the contact of the fishermen with the fishing in places us which the levels of the productive forces were more advanced. The fifth chapter describes the economical and social transformations that it's happened at Serraria in the period that is going from the decade of 1940 to the year of 2001; through it analyzes her and interpretation of the interviewees' depositions. In the Final Considerations, the passage of the individual production of the life is discussed for the collective, under the optics in the way of capitalist production. It was ended that, in the current days, the daily of Sawmill is completely inserted in the dynamics in the way of production capitalist globalized. The agriculture disappeared entirely and, in the fishing, some few fishermen still precarious subsist. Others started to exercise different activities that, little by little, they were inserted in the process of urbanization of the place. Other, still, they were done unnecessary to the accumulation of the capital.

Key-words: Serraria. History. Fishing. Embarkations. Trawl net. Occupation of the Soil.

Analisar as transformações que ocorrem na Serraria
é contar a minha própria história de vida,
que os relatos e os mapas expressam a transformação do tempo e espaço,
de um fazer individual para o social burguês,
configurado na expressão urbana da localidade.

I INTRODUÇÃO

Na década de 1970, este pesquisador, que passou sua infância entre redes e canoas e aprendeu a arte de pescar no Bairro Serraria, lembra-se de escutar conversas entre pescadores que comentavam sobre suas dificuldades em subsistir como profissionais da pesca.

Essas dificuldades, relatadas neste estudo, motivaram e foram responsáveis pela mudança do comportamento social e econômico de toda uma geração, que, na impossibilidade de se reproduzirem como pescadores, não deram continuidade às atividades econômicas da região ora pesquisada, ocasionando alterações significativas nas relações familiares e sociais.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as transformações da atividade pesqueira e agrícola, na localidade de Serraria, em seus aspectos sociais e econômicos. O objetivo específico é estudar as atividades econômicas relativas à produção agrícola e principalmente à pesqueira, relacionando-as com as modificações na forma de produzir dos pescadores, com a evolução da ocupação do solo no período histórico pesquisado (década de 1940 a 2001), e suas interações

com os municípios de Biguaçu, Florianópolis e São José, da qual a localidade hoje é bairro, com a finalidade de compreender por que essas atividades vêm desaparecendo ou extinguiram-se ao longo do tempo.

A título de informação, o termo localidade é utilizado aqui para designar a área em estudo - o lugar, sendo o mesmo termo utilizado por Martins (1997:07):

[...] é apresentada tão somente como os pontos relativamente demarcados e reconhecidos pelos nomes que os identificam e diferenciam de outros, como assentamento e morada de sujeitos que se constituem pelo seu trabalho, produzindo suas vidas nas múltiplas dimensões da existência humana e que em tal processo específico e localizado, reproduzem as relações sociais da sociedade capitalista.

O motivo de a pesquisa delimitar-se ou dar relevância à atividade pesqueira deveu-se ao fato da atividade agrícola ter desaparecido por completo na área geográfica em estudo. Constatou-se que os agricultores perderam o interesse pela atividade agrícola quando surgiram outras oportunidades de trabalho que proporcionavam melhores rendimentos. A primeira evidência deu-se na década de 1940, quando alguns agricultores, incentivados por pescadores, foram trabalhar como proletários nos barcos de pesca no litoral paulista (Santos), carioca e gaúcho. Depois, na década de 1960, a expansão urbana de Florianópolis provocou o surgimento de oportunidades de emprego no comércio, na construção civil e serviços. Assim, a claudicante atividade agrícola foi desaparecendo por falta de força de trabalho e interesse econômico, e extinguiu-se definitivamente na década de 1990.

Outro aspecto delimitativo refere-se ao período histórico pesquisado. Iniciou-se o estudo com a chegada dos imigrantes açorianos no século XVIII, vindos para ocupar o litoral sul do Brasil, e a respectiva proliferação dos descendentes no século XIX. No século XX, transcorridas várias gerações, o modo de vida dos habitantes da localidade de Serraria foi sendo replicado por hereditariedade, não havendo

mudanças significativas no comportamento social e econômico da comunidade até meados da década de 1940, quando, então, as transformações urbanas tornaram-se mais visíveis. Tal constatação pôde ser confirmada nos depoimentos dos entrevistados que, nascidos nas primeiras décadas do século XX, relataram ser seu modo de vida igual aos dos pais e avós. Por esse motivo, as pesquisas de campo foram concentradas a partir das lembranças dos entrevistados, ou seja, aproximadamente na década de 1940.

A pesquisa justifica-se, primeiro, pela ausência de estudos científicos específicos sobre a atividade pesqueira nas localidades em torno das Baías Sul e Norte da Ilha de Santa Catarina, no continente próximo e, particularmente, na localidade de Serraria. Esta pesquisa, sem querer ser pretensiosa, poderá disponibilizar informações originais a outros pesquisadores que tenham interesse em investigar semelhante temática. Segundo, por buscar respostas que justifiquem as significativas mudanças socioeconômicas, visto que, atualmente, a atividade pesqueira tem importância apenas secundária na ordem econômica da comunidade.

Observa-se que os pescadores da Serraria, que ainda insistem na atividade, encontram dificuldades em subsistir como profissionais da pesca. E, juntamente com os pescadores da praia João Rosa, no Município de Biguaçu, são os únicos que desenvolvem a pesca de arrastão no interior da Baía Norte, gerando conflitos com os pescadores de outras localidades da Baía e com os órgãos de fiscalização, visto ser a pesca de arrastão proibida.

Considerando os argumentos até aqui descritos, as seguintes situações podem ser argüidas:

- 1) Se houve transformação social e econômica, também aconteceram alterações no modo de produção da atividade pesqueira e agrícola.

- 2) O modo de produção capitalista presume acumulação de capital, de riqueza. Considerando que a maioria dos habitantes da localidade, atualmente, pertence à classe média baixa, houve acúmulo de riqueza? A comunidade se beneficiou desta riqueza?
- 3) Pode-se afirmar ou negar que as transformações ocorridas na atividade pesqueira trouxeram desenvolvimento positivo para a localidade da Serraria?

Para responder essas questões, os esforços investigativos foram centralizados na problemática da coleta de informações que pudessem mostrar a localidade, seus habitantes, seus pescadores, suas trajetórias históricas, seus costumes, suas crenças, a forma e instrumentos de pesca, onde pescavam, o destino que davam à produção, e localizar esses homens no espaço e no tempo, vinculando às suas relações sociais e econômicas.

Para tal, a pesquisa foi dividida em cinco capítulos:

- 1) Na introdução, são apresentados os objetivos, a justificativa e os procedimentos metodológicos da pesquisa.
- 2) O segundo capítulo refere-se à descrição da área de estudo, situando geograficamente a localidade de Serraria e a sua relação geomorfológica com as Baías Norte e Sul da Microrregião de Florianópolis.
- 3) O terceiro capítulo trata dos primórdios da ocupação lusitana e um resumo das atividades econômicas da região.
- 4) O quarto capítulo refere-se à evolução da pesca no Brasil, considerando que o início das mudanças, ocorridas em Serraria, está diretamente ligada ao contato dos pescadores com a pesca em locais nos quais os níveis das forças produtivas eram mais avançados.

5) O quinto capítulo descreve as transformações econômicas e sociais que ocorreram em Serraria no período que vai da década de 1940 até o ano de 2001, através da análise e interpretação dos depoimentos dos entrevistados.

Nas Considerações Finais, conclui-se com uma analogia entre a passagem da produção individual da vida para a coletiva, sob a ótica do modo de produção capitalista.

1.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa, quanto à análise e interpretação dos dados, adotou uma abordagem predominantemente qualitativa. A abordagem qualitativa pode ser definida como aquela voltada para dados que são produzidos pelas interações interpessoais, provenientes da co-participação das situações em que os informantes estão envolvidos, procurando o pesquisador analisá-las a partir do conjunto de significações que estes atribuem aos seus atos. Neste tipo de abordagem, o pesquisador envolve-se de modo participativo na realidade, tendo em vista a busca por um tipo de compreensão a partir da possibilidade de envolvimento na mesma (Chizzotti, 2001). Na pesquisa do tipo qualitativo, os dados não são passíveis de padronização, pois os mesmos são essencialmente subjetivos. Nesta pesquisa, o que se intencionou foi perceber o modo e os termos da compreensão dos pescadores na realidade pesquisada. As principais fontes foram os próprios pescadores e moradores da localidade, que sobreviveram da atividade pesqueira, incluindo aqueles que não mais o fazem. Uns, porque a idade não permite mais que

possam ir ao mar pescar, e outros, porque trabalham nas atividades urbanas, as quais lhes permitem melhores condições econômicas de sobrevivência.

Quanto ao método da abordagem, empregou-se o método indutivo para classificar e desenvolver as pesquisas e análises das transformações das atividades pesqueira e agrícola na localidade de Serraria, em seus aspectos sociais e econômicos. Esse método se destina a verificar as constatações particulares, partindo para as generalizações. O método indutivo, num primeiro plano, exige a observação e/ou experimentação e trata de problemas geralmente empíricos, isto é, observáveis ou que pertençam ao nível da constatação de uniformidades empíricas; e, em segundo plano, transportam-se para o nível da abstração e das formulações lógicas (Salomon, 2000, p. 156). Neste estudo, o problema foi enunciado por uma série de questões a serem confirmadas. Na seqüência, procurou-se na bibliografia teorias que fundamentassem essa suposição. Ou seja, o estudo teve início através da observação direta, da experiência pessoal e das constatações empíricas, relativas às transformações econômicas e sociais em Serraria, depois foi que se pesquisou as teorias que sustentassem e confirmassem essas observações.

Quanto ao tipo de investigação, a pesquisa pode ser considerada como básica ou pura, já que o conhecimento produzido visa enriquecer as discussões e implicações teóricas, relacionadas à atividade pesqueira em Serraria num determinado momento histórico (década de 1940 até 2001), sem necessariamente produzir resultados que possam ser utilizados na resolução dos problemas cotidianos da localidade. Neste tipo de pesquisa, a intenção é a produção de conhecimento pelo conhecimento, o aprimoramento e enriquecimento acadêmico da discussão sobre a temática apresentada e não o seu uso imediato.

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como:

- a) Exploratória, pois o objetivo é a ampliação dos conhecimentos através da análise das transformações da atividade pesqueira em Serraria, já que os estudos existentes são insuficientes e incompletos, visando principalmente aumentar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno pesquisado;
- b) Descritiva, pois o que se pretende é a descrição de características já conhecidas, e que compõem e constituem situações factuais e representações do universo pesquisado, tendo em vista a possibilidade de melhor entender o funcionamento e o *modo operandi*, num determinado período histórico, da localidade da Serraria, seus habitantes, seus pescadores, suas trajetórias históricas, seus costumes, suas crendices, a forma e instrumentos de pesca, onde pescavam e o destino que davam à produção.
- c) Explicativa, pois se buscam explicações sobre os fatores que geram ou justificam a existência de determinadas situações, que, ao se identificar os elementos que as constituem e caracterizam, torna-se possível.

Os procedimentos de coleta de dados são caracterizados como não-experimentais, uma vez que os dados estão presentes na realidade. Pode-se enquadrar esta pesquisa também como:

- a) *Ex-post-facto*, cujos dados são referentes a ocorrências passadas. O objetivo é de perceber como tais ocorrências foram geradas e quais suas peculiaridades, pois a obtenção destes dados pode tornar possível a predição destas, assim como os correspondentes modos de como se lidar com elas.
- b) Estudo de caso, cujos dados são construídos a partir do cenário natural e do universo cotidiano no qual os indivíduos que serviram de informantes estão

inseridos. Nesta pesquisa, o caso estudado serviu como parâmetro para a compreensão da realidade estudada.

As fontes de informação foram obtidas por intermédio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

Na pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento do trabalho foi orientado e baseado na revisão bibliográfica. De acordo com Gil (1995, p. 71), esse tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, em que as análises de textos escritos ou de qualquer comunicação são reduzidas a um texto ou documento.

Visto ser esta pesquisa uma Dissertação de Pós-Graduação em Geografia (UFSC), para obtenção de Grau de Mestre na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, e tendo este pesquisador experimentado e provado seus conhecimentos no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e no cotidiano como professor, a “Fundamentação Teórica” foi reduzida a aspectos pontuais e específicos, sendo o conteúdo dos textos teóricos escritos e compostos concomitante na discussão da temática e no resultado da pesquisa de campo. Diferentemente das Monografias de Conclusão de Curso, nas Dissertações para Pós-graduação de Mestrado, o pesquisador não precisa provar que tem conhecimento do conteúdo teórico proposto, desde que este conteúdo esteja inserido nas disciplinas estudadas durante a sua graduação, pressupondo que o pesquisador domine esses conhecimentos, e que os utilizou para enriquecer a sua Pós-graduação (SALOMON, 2000).

Na pesquisa de campo, as informações foram obtidas por meio da observação da realidade *in loco*, ou seja, no ambiente natural em que elas podem ser coletadas. Este tipo de pesquisa facilita a percepção e o registro das variáveis relevantes dos fenômenos estudados. Não deve ser confundida como simples coleta

ou levantamento de dados, isto porque ela “é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que será coletado” (LAKATOS & MARCONI, 2001).

Para a coleta de dados da pesquisa de campo, foram realizadas dez entrevistas com pescadores e moradores da localidade de Serraria, com aproximadamente uma hora de conversação em cada depoimento. As narrativas orais foram gravadas, depois transcritas manualmente em um caderno. Numa terceira fase, foram digitadas, depois editadas para composição deste estudo. Todos os entrevistados autorizaram o uso das informações contidas nas gravações.

Os critérios de seleção dos entrevistados foram: ter mais de 50 anos; ter nascido e sido criado na localidade ou próximo dela; ter ligação direta ou indireta (esposas) com a atividade econômica pesquisada.

O tipo de entrevista utilizado foi o despadronizado ou não-estruturado, sobre o qual o entrevistador teve liberdade para, em cada situação, direcionar a entrevista de acordo com o que fosse considerado adequado para os fins de obtenção das informações necessárias à pesquisa, seguindo um roteiro mental.

Não houve o uso de questionário, sendo feita apenas uma pergunta aberta: “Contar a sua trajetória de vida”. Adotou-se, então, o modelo de entrevista não dirigida, em que a liberdade do entrevistado foi total, no que diz respeito à expressão de suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador foi de incentivar e direcionar o informante, levando-o a falar sobre determinado assunto, sem forçá-lo a isso. As entrevistas transformaram-se em conversas informais.

Além da coleta de dados em campo, foram utilizadas informações fornecidas por órgãos públicos ligados à pesca, como a Secretaria da Agricultura de Santa

Catarina, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Polícia Ambiental, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura Municipal de São José, e a Colônia dos Pescadores, que vem a ser entidade de classe dos pescadores.

Os mapas de localização da Área Estudada, da Geomorfologia da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria e o Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria, que permitiram visualizar os efeitos de diferentes processos dos usos do solo nos diferentes momentos históricos e o crescimento urbano da localidade, foram confeccionados a partir da análise de fotos aéreas dos anos de 1938, 1957, 1978 e de imagem de satélite de 2002, fornecidas pela Aerofoto Cruzeiro do Sul (1938, 1957, 1978) e pela LANDSAT (2002).

II CONHECENDO A ÁREA EM ESTUDO – DESCRIÇÃO DA ÁREA

2.1 A LOCALIDADE DE SERRARIA

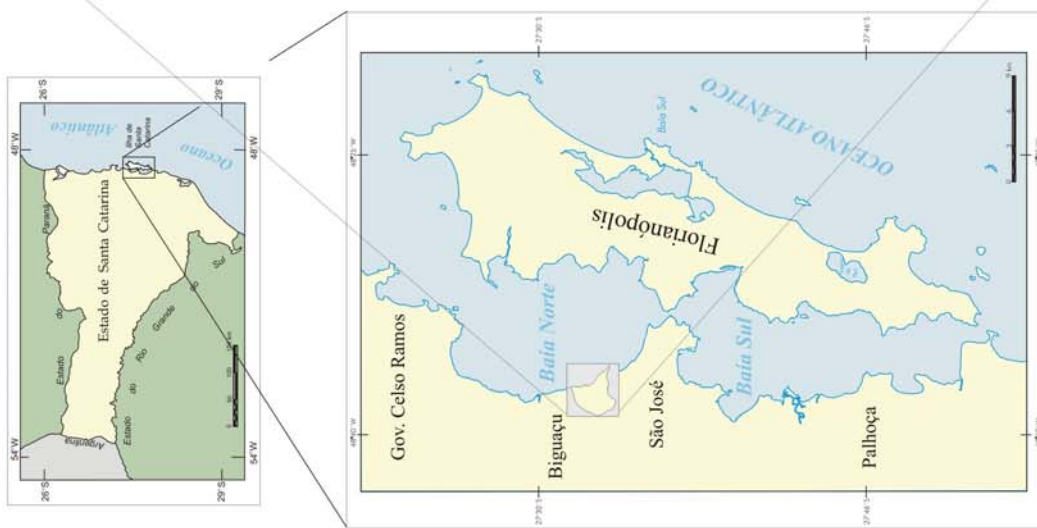
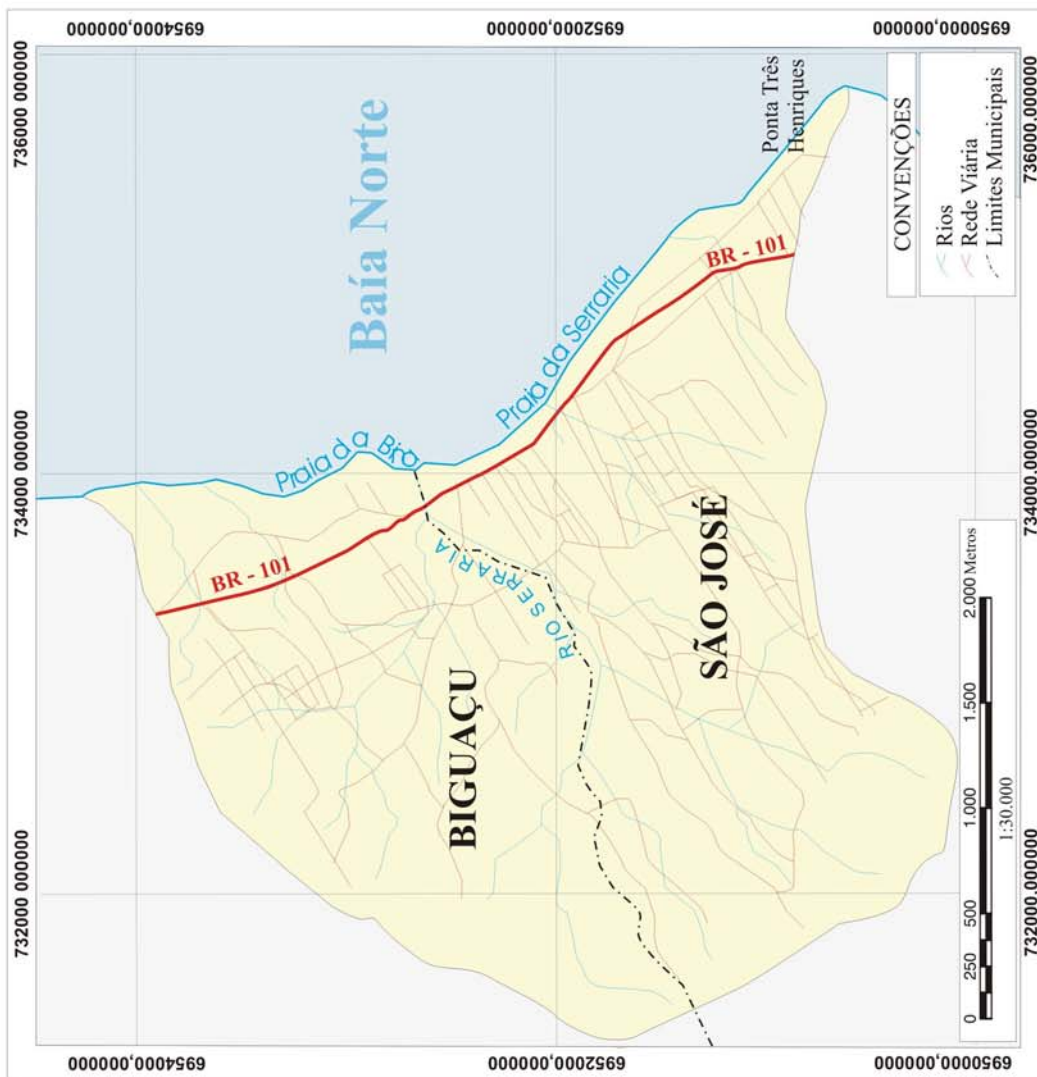
A localidade de Serraria situa-se entre os paralelos de 27°32'S e 27°33'S e entre os meridianos de 48°36'W e 48°39'W, no limite continental da Baía Norte, litoral central do estado de Santa Catarina, nos municípios de São José e Biguaçu¹, nas proximidades da capital do Estado – Florianópolis (ver mapa nº 01 – pág. 22). Cerca de 6 km² formam a área de Serraria. A leste, a localidade é banhada pela Baía Norte e, a poucos metros da praia, passa a rodovia BR 101. Da praia, em direção oeste, há uma pequena planície costeira em baixos terraços marinhos ou baixos terraços flúvio-lagunares, intercalados por colinas, com pouco mais de 1km de extensão. Esta pequena planície é interrompida por uma elevação de aproximadamente 200m de altitude e alonga-se na direção NE - SW, que faz a divisa com a localidade de Potecas, no mesmo município (ver mapa nº 02 – pág. 23). Ao norte, a linha divisória entre os municípios de São José e Biguaçu é feita pelo Rio Serraria. Entretanto, o limite da área de estudo estende-se, ao norte, até uma pequena elevação, conhecida como morro da Bina, no município de Biguaçu. Isso se deve ao fato de que, até o início da década de 1990, as pessoas não faziam distinção entre a localidade de Serraria, em São José, e a localidade de Jardim Janaína, em Biguaçu.

Com a intensificação da ocupação, a localidade de Serraria foi dividindo-se em vários outros bairros, tanto em São José quanto em Biguaçu.

¹ Não foram considerados os limites políticos e sim a forma de ocupação de toda a localidade e as características que tem em comum, que incluem atualmente o atual bairro de Serraria, no Município de São José, e os bairros Bom Viver e Morro da Bina, no Município de Biguaçu.

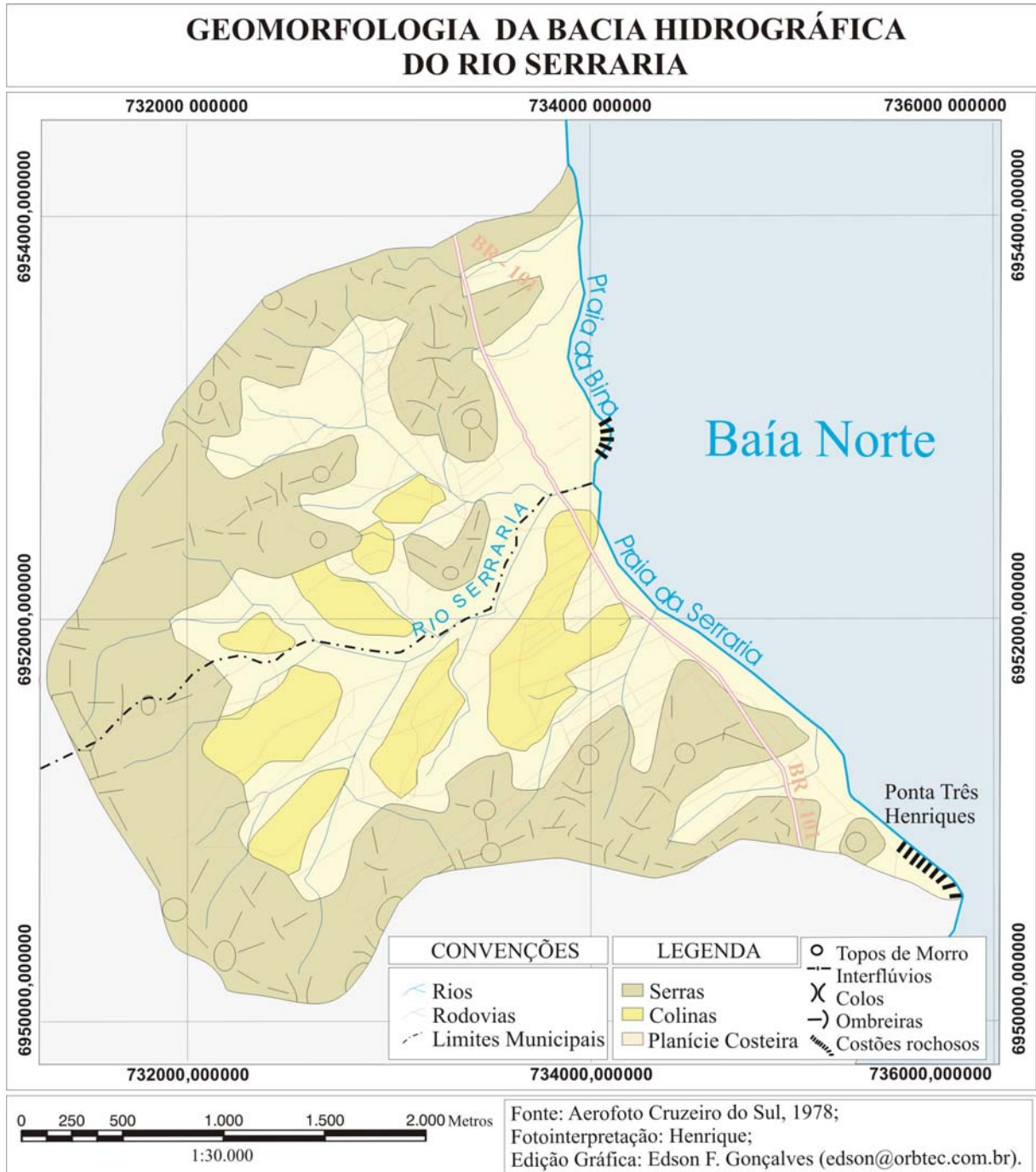
MAPA Nº 01 – Localização da Área de Estudo: Bacia Hidrográfica do Rio Serraria – SC

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: Bacia Hidrográfica do Rio Serraria / SC



Fontes: Mapa do Estado de Santa Catarina: Atlas de Santa Catarina, 1986.
 Mapa do Brasil: (NENTWIG SILVA, 2000).
 IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / SC.
 Elaboração: Edson F. Gonçalves (edsonf@orbitec.com.br) 2004.

MAPA Nº 02 – Geomorfologia da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria – SC



Oficialmente a localidade de Serraria limita-se, ao sul, com as localidades de Barreiros e Areias. No entanto, a área pesquisada neste estudo estende-se apenas até o divisor de água, que finda na ponta Três Henriques. Isso porque, após àquela ponta, mesmo politicamente pertencendo ao bairro Serraria, a identificação local é maior com a localidade de Areias.

Na época presente, a área utilizada pelos pescadores da Serraria para realizar suas atividades em 'terra', como remendar redes e lavar as embarcações, compreende uma faixa de praia de aproximadamente dois km de comprimento por aproximadamente dez metros de largura. A praia é limitada, ao norte, pelo Rio Serraria, na qual faz limite com o município de Biguaçu; ao sul, ela é limitada pela Ponta Três Henriques. A porção norte da praia (Foto 1) é o local onde existe a maior concentração das atividades realizadas em 'terra'.



Foto 1 – Porção Norte da Praia de Serraria. Local utilizado pelos pescadores da Serraria para desenvolver as atividades realizadas em terra.

Os ranchos das canoas passaram por modificações ao longo do período em estudo (de 1940 até 2001). Nas décadas de 1940 até 1970, eles eram de madeira bruta, cobertos com telha de calha e o piso de areia da praia. Com a introdução dos motores à gasolina nas embarcações, na década de 1960, o óleo lubrificante utilizado nessas embarcações, após o uso, servia para pintar os ranchos, protegendo-os das intempéries do ambiente. A partir dos anos 1980, alguns ranchos desapareceram, sendo substituídos por residências e por estabelecimentos industriais ou comerciais, enquanto outros permanecem até hoje.

Atualmente é de aproximadamente quarenta o número de ranchos para embarcações na localidade de Serraria. Desses, apenas doze pertencem a pescadores que vivem exclusivamente da pesca. Os restantes são de propriedade de pessoas que eram antigos pescadores ou de pescadores de final de semana, ou seja, pessoas que possuem outra atividade produtiva e pescam apenas por lazer. O tamanho dos ranchos é variável, indo desde pequenos espaços, onde cabe somente uma embarcação, até ranchos cujo tamanho pode chegar a 70 m².

Na década de 1940, o local de encontro dos pescadores era a própria praia.

Nos dias atuais, o trapiche² (Foto 2, pág. 26), construído pela Prefeitura Municipal de São José, é utilizado pelos pescadores como ponto de encontro. Neste trapiche é onde acontecem às conversas sobre os fatos ocorridos nas pescarias e as que virão, a previsão do tempo, e as discussões sobre as dificuldades de sobreviver como pescadores. O trapiche também vem sendo utilizado pelos moradores da localidade como espaço de lazer.

² Trapiche: Construção que avança pelo mar adentro; tem o formato de uma ponte, funcionando como um cais onde atracam as embarcações para desembarque dos pescadores e das pescarias.



Foto 2 – Trapiche – Embarcações ancoradas na Baía Norte e, ao fundo, extremidade norte da Ilha de Santa Catarina.

Os locais de realização das pescarias são principalmente a Baía Norte e, esporadicamente, a Baía Sul e a barra da Baía Norte.

2.2 AS BAÍAS NORTE E SUL EM RELAÇÃO À SERRARIA

A situação geográfica da Ilha de Santa Catarina caracteriza-se como uma ilha costeira localizada no litoral central catarinense e que possui uma forma alongada e perpendicular à costa. A Ilha tem seu ponto mais afastado distando pouco mais de 15 km do litoral continental, e a distância menor entre a Ilha e o continente é de aproximadamente 500 metros, fazendo com que a Baía fique dividida em duas: a Baía Norte e a Baía Sul. Tais características criaram as condições de águas

abrigadas e calmas, entre a Ilha e o trecho do continente vizinho, sendo, portanto, as águas caracterizadas como Baía.

As Baías Norte e Sul formaram-se devido a um longo processo geológico, pois a Ilha de Santa Catarina nem sempre esteve insulada. Durante nosso atual período geológico, o Quaternário, houve pelo menos quatro longas estações de intenso frio – as glaciações. A última teve seu apogeu de 25 a 18 mil anos atrás e, durante este fenômeno, o nível do oceano desceu mais de 100 metros em relação ao nível atual, que levaram as margens do continente muito para fora de onde está hoje, ligando a Ilha de Santa Catarina e tantas outras ao continente. Com a subida do nível do oceano no fim da última glaciação, há aproximadamente 12 mil anos, a atual Ilha era um arquipélago, composto por duas ilhas principais entre outras menores. Estudos realizados por Suguio e Martin (1985), que analisaram estas flutuações nos últimos sete mil anos, demonstram que, na Ilha de Santa Catarina, “há cerca de 3.620 anos, o nível relativo do mar situava-se aproximadamente 2,6m acima do atual”. Atualmente, as Baías Norte e Sul apresentam delgada lâmina de água raramente superior a três metros (Fundação IBGE, 1990). A atual formação se deu pela ação da sedimentação marinha e fluvial (COSTA in Ambiente Meieimbipe³ e FELIX ET AL., 2004⁴).

Dentro da Baía Norte, situam-se algumas pequenas ilhas, como: dos Ratonos Grande, dos Ratonos Pequeno, dos Guarás, dos Noivos, de Anhatomirim (conhecida pelos pescadores como Fortaleza), das Cabras, a mais próxima da Praia da Serraria, e outras menores. Dentro da Baía Sul, também se localizam várias ilhas, as quais destacam-se: da Casca, do Largo, do Farol, das Vinhas; sendo essa última um

³ Disponível em http://www.ambienteimeimbipe.org.br/artigos/a_biodiversidade.html, acessado em 01 de setembro de 2004.

⁴ Disponível em http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_104a.htm, acessado em 01 de setembro de 2004.

dos locais em que os pescadores de Serraria pernoitavam nas décadas de 1940 e 1950, quando eles pescavam na Baía Sul.

A extensão das Baías permite a individualização de enseadas em diversos tamanhos, de acordo com a conformação local da linha costeira dos terrenos da Ilha de Santa Catarina e do Continente, como: do Saco Grande, da Daniela, na Baía Norte; Bom Abrigo, Enseada de Brito, na Baía Sul, entre outras.

Uma peculiaridade da linha de costa continental da Baía Norte, onde está localizada a Serraria, é a ausência de manguezais, como ocorre em outros locais das Baías Norte e Sul, pois a linha costeira sofre a influência das alterações hidrodinâmicas ocorridas na Baía norte, como mudanças da maré e ação direta dos ventos.

Por causa de as Baías estarem protegidas pela Ilha de Santa Catarina, suas águas não sofrem ação das ondas superficiais de gravidade, geradas pelo vento (*swell*), mas, dentro das Baías, pode ocorrer à formação de ondas capilares, devido às suas dimensões, aliadas a fortes ventos. (PEREIRA, 2000).

O movimento de renovação das águas dentro das Baías ocorre pelos canais localizados nas suas extremidades sul e norte. Para Cerutti (1996:31), as influências das marés e dos ventos são primordiais para a circulação dentro das Baías:

Existe uma prevalência dos comportamentos das correntes promovidas pela passagem da onda-maré e do regime dos ventos. As correntes devidas à maré são periódicas e apresentam fases de fluxo e refluxo a cada revolução sinódica-selênica. A duração e amplitude variam com as correntes de deriva, originárias dos ventos.

Na área em estudo, o vento mais freqüente é o nordeste, atuando frontalmente no local, em virtude da praia da Serraria estar situada na direção NO - SE, ocasionando freqüentes problemas para os pescadores, pois muitas embarcações ficam ancoradas. Assim, quando o vento tem muita intensidade, formam-se ondas

que podem arremessar as embarcações para a praia ou mesmo afundá-las. Já o vento sul atua com menos intensidade na praia, pois ela está abrigada dessa direção de vento pela sua disposição NO - SE. As formações dos ventos principais estão diretamente ligadas à dinâmica das massas de ar que atuam na região.

As Baías Norte e Sul estão localizadas em latitude subtropical, apresentando um clima caracterizado como mesotérmico úmido, segundo a classificação climática de Köppen, com a atuação de duas massas de ar principais. São elas: a Massa Tropical Atlântica (MTA) e a Massa Polar Atlântica (MPA). O vento nordeste é influenciado pela MTA e atua principalmente nos meses de primavera e verão, enquanto que o vento sul é influenciado pela MPA e ocorre mais nos meses de outono e inverno.

A constante renovação das águas das Baías Norte e Sul, através do movimento das marés e dos ventos, aliada à grande quantidade de nutrientes e matéria orgânica que vem dos rios e dos mangues, torna o ambiente um viveiro natural de inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos. Segundo os pescadores, os peixes e crustáceos ou vivem no local ou vêm para passar parte de seu ciclo de vida (reprodução, migração ou desova), o chamado “curso”, retornando ao mar aberto, após completarem o ciclo.

Atualmente os ecossistemas, que integram as Baías, sofrem pressões do processo de urbanização, como:

- O aterro de mangues, com o objetivo de ampliação da área urbana;
- A poluição de praias, de rios e córregos com os dejetos e esgotos domésticos, comerciais e industriais.

Esses fatores acabam contribuindo para o processo de assoreamento das Baías e a diminuição e/ou desaparecimento de muitas espécies, antes encontradas no ambiente.

Em relação ao desaparecimento e/ou à diminuição de várias espécies que vivem ou viviam nas Baías, Diegues (1983:82) levantou uma questão importante:

As diversas espécies existentes num determinado ecossistema se relacionam dentro do quadro da cadeia trófica, pela qual umas espécies servem de alimento às outras. O desconhecimento ou o desrespeito a esses processos complexos tem levado, especialmente através da captura indiscriminada e em larga escala, a verdadeiros desastres ecológicos pelos quais espécies inteiras desapareceram ou não puderam mais se reproduzir. Muitas vezes, a estrutura de demanda centrada sobre animais marinhos que se situam na base de importantes cadeias tróficas, como o camarão, tem levado a sobrepesca dessas espécies que por sua vez comprometem a existência de peixes que delas se nutriam.

Portanto, de acordo com Diegues (1983), a pesca de forma predatória e sem o conhecimento das relações e ciclos das espécies também provoca o seu desaparecimento.

Segundo os pescadores entrevistados na localidade de Serraria, até a década de 1970, ainda não havia sido detectados a diminuição drástica ou o desaparecimento de espécies de pescado. Esse fato, talvez, possa estar relacionado ao processo, ainda incipiente, de urbanização e pelos instrumentos de captura utilizados pelos pescadores, que naquela época não tinham o poder de pesca indiscriminada, sendo rudimentares, precários e artesanais os instrumentais utilizados.

A escassez das espécies veio a ser percebida a partir da década de 1980, principalmente pelo uso intensivo de instrumental inapropriado à pesca nas Baías Norte e Sul.

III OS PRIMEIROS SÉCULOS DA OCUPAÇÃO LUSITANA

O nome do local deve-se ao fato de ter existido ali uma serraria, que pertencia ao Rei de Portugal (Serraria Del Rey Terra Firme), onde eram preparadas as madeiras usadas para consertar navios avariados que chegavam à Ilha de Santa Catarina no século XVIII. (FARIAS, 1999).

O primeiro registro de habitantes na localidade de Serraria deu-se no ano de 1750, num documento do governador da Capitânia de Santa Catarina. No documento estava indicado que, na Serraria Del Rey, havia dois militares (cabos) e sete índios. (FARIAS, 1999).

A ocupação portuguesa ocorreu efetivamente com a chegada de imigrantes açorianos⁵ em meados do século XVIII, vindos para ocupar o litoral do Sul do Brasil. Os imigrantes, que foram para a localidade de Serraria assim como toda a Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço próximo e posteriormente seus descendentes, passaram a sobreviver da pesca, da agricultura e, mais tarde, também do comércio. Os instrumentos utilizados na pesca eram canoas entalhadas em troncos de árvores, redes e tarrafas confeccionadas com fios de algodão e espinhéis. Nas encostas dos morros e na pequena planície da localidade de Serraria, era praticada a agricultura de subsistência, como: plantio de mandioca, feijão e cana-de-açúcar. Essa forma de produção perdurou até meados do século XX. (FARIAS, 1999).

⁵ Denomina-se de açorianos, os habitantes provenientes do arquipélago dos Açores, pertencente a Portugal, que emigraram para o Brasil em meados do século XVIII, fixando-se no litoral continental e Ilha de Santa Catarina, atual Florianópolis – capital do Estado.

Haro (1990) apresentou uma série de relatos de viajantes estrangeiros que indicavam o modo de vida dos habitantes da Serraria assim como dos moradores da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço próximo, nos séculos XVIII e XIX:

Relato de La Perouse, em 1791, (HARO, 1990, p.113):

A pesca da baleia é muito abundante: mas é uma propriedade da Coroa, arrendada a uma companhia de Lisboa: esta companhia tem, nesta costa, três grandes estabelecimentos nos quais se pescam cada ano cerca de 400 baleias, cujo produto em azeite como em '*sperma-citi*', é enviado para Lisboa pelo Rio de Janeiro. Os habitantes não passam de meros espectadores desta pesca, que não lhe traz nenhum proveito. Se o governo não vier em seu auxílio, e não lhes der outras isenções ou incentivos que possa, ali incentivar o comércio, uma das mais belas regiões da terra definhará eternamente.

Relato de Von Krusenstern, em 1803, (HARO, 1990, p. 138):

O quanto Portugal subestima as vantagens que poderá obter de suas colônias nesta parte do mundo é um fato por demais conhecido para merecer repetição. De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez aquela que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil, e seus valiosos produtos.

Relato de Von Krusenstern, em 1803, (HARO, 1990, p. 140):

No continente, bem como na ilha, o solo é notavelmente fértil. Excelentes café e açúcar são cultivados aqui [...], mas como os navios estrangeiros somente podem comprar por dinheiro à vista, e nenhum dos habitantes deste governo pode mandar seus produtos para a Europa; a perspectiva de comercializá-lo cai inteiramente por terra. Onde o mercado está saturado, a indústria deverá naturalmente ser restringida, eles, por essa razão, somente cultivam o necessário para seu próprio uso e para capacitá-los e enviarem anualmente um ou dois pequenos navios de cerca de 70 ou 80 toneladas para o Rio de Janeiro, para negociar seus produtos nacionais por artigos Europeus.

Relato de Langsdorff, em 1803, (HARO, 1990, p. 166):

Os produtos desta terra são muito variados e podem ser usados como fontes inesgotáveis de um rico comércio, se este não fosse tão limitado e dependente do Rio de Janeiro, pois, os moradores daqui só podem vender seu produto para essa cidade.

Relato de Langsdorff, em 1803, (HARO, 1990, p. 176 a 178):

As casas dos colonos são pequenas, bem instaladas e geralmente em lugar bastante bem situado. O interior consiste quase sempre em uma sala de estar, um ou dois quartos e uma cozinha [...]. Em casas de pessoas mais abastadas, a sala é assoalhada, o que não acontece em casa de pobres. Poucas são cobertas de telhas, pois a maior parte é com folha de palmeira [...]. As casas se situam espalhadas uma das outras a uma maior ou menor distâncias. Cada agricultor possui suas terras em volta de sua choupana. A maior parte das casas está ao longo da costa com plantações de laranja, café, bananas e algodão em sua volta. [...] As pequenas canoas construídas de um só tronco, que os habitantes usam na pescaria ou para se transportarem; tem em geral, de 24 a 32 pés de comprimento por 3 de largura e são guardadas às margens da praia, soltas e sem vigilância, protegidas do sol e da chuva por uma pequena cobertura. Percebia-se a concórdia e a hospitalidade em toda à parte.

Chamisso *apud* Haro (1990, p.233), em 1815, descreveu a mesma paisagem do continente fronteiriço à Ilha: "Os povoados situam-se, em sua maioria, ao longo da costa, à sombra dos laranjais [...]. Em volta deles estão as plantações de bananas, de café, algodão”.

Duperrey *apud* Haro (1990, p.256), em 1822, fez a primeira referência dos viajantes sobre um caminho no continente:

Uma rua, traçada sobre toda a costa, leva-nos, através de mil sinuosidades, pela beira do mar, ao longo das habitações e dos grupos de bananeiras, laranjeiras, limoeiros e dos cafezais que as envolvem; pelos vales solitários, ao meio de espessas...

Relato de Duperrey, em 1822, (HARO, 1990, p. 268):

[...] a maior parte dos habitantes da Ilha de Santa Catarina e mesmo os da terra firme, dedicam-se à pesca: a baía fica às vezes coberta de suas rudes pirogas, manobradas cada uma por dois homens. Os peixes são tão abundantes [...] que transborda em suas embarcações. Estes peixes servem como alimento à população, e costumam dessecá-los sobre grades em volta de suas cabanas para a exportação em barcos de cabotagem.

Seidler *apud* Haro (1990, p.281), em 1825, retratou a realidade encontrada pelos viajantes do século XVIII e XIX, segundo a ótica de um europeu à época: “[...] é verdade que no continente fronteiriço à ilha a pobreza pode ser em geral muito grande”.

Além dos relatos dos viajantes, não foi encontrado nenhum outro dado histórico ou mesmo qualquer pesquisa que indicasse como se procedeu a ocupação na localidade de Serraria nos primeiros séculos.

Por conseguinte, optou-se por contar a história a partir da década de 1940, já que foi possível, na pesquisa de campo, localizar mapas, documentos e pessoas que auxiliaram a relatar como se deu à organização da vida em Serraria, a partir do período proposto.

Considerando essas informações, observou-se que a atividade pesqueira percorreu toda a história de Serraria, e foi uma das responsáveis pela dinâmica na vida local. A pesca, embora precária, ainda subsiste na localidade, o que põe em ação a força de trabalho de alguns poucos homens. Já a atividade agrícola exerceu certa influência somente até meados dos anos 1970.

Todavia, é notadamente na pesca que a história de Serraria se expressa.

IV EVOLUÇÃO PESQUEIRA NO BRASIL

Para melhor compreender as mudanças que aconteceram na pesca na localidade de Serraria, acompanhou-se atenta e detalhadamente as mudanças que ocorreram na atividade pesqueira no Brasil.

Em Serraria, a evolução transcorreu com a saída dos pescadores para outros locais de pesca no Brasil, onde as forças produtivas eram mais avançadas. Eles assimilaram novos saberes e, ao retornarem para Serraria, introduziram as novas técnicas da pesca com o objetivo de continuarem em atividade. Nesse contexto, no período em estudo, inseriram-se as alterações promovidas pelo governo brasileiro na conjuntura política e econômica como um todo, que também foram responsáveis pelas transformações na estrutura social e econômica ocorridas em Serraria.

4.1 A PRODUÇÃO DOS PESCADORES-LAVRADORES

Desde o período do início da colonização até aproximadamente as primeiras décadas do século XX, constatou-se que a atividade pesqueira que associava agricultura e pesca acontecia em várias localidades espalhadas ao longo do litoral brasileiro. Essas localidades, de acordo com suas especificidades, adaptavam embarcações e instrumentos de captura, feitos artesanalmente, para explorar o meio natural onde habitavam. Como exemplo: os jangadeiros, no litoral nordestino, os caiçaras, no litoral paulista e os açorianos, no litoral catarinense. As exceções a esse modelo foram os pescadores que viviam próximos aos grandes centros urbanos (Diegues, 1983) e a pesca da baleia.

A pesca da baleia teve seu período áureo na segunda metade do século XVIII. A atividade tornou-se importante e lucrativa em vista da utilização do óleo da baleia para a iluminação e para a construção civil. A pesca da baleia desenvolveu-se com o capital comercial português, que obtinha esta concessão junto à Coroa Portuguesa. Ainda hoje, existem os locais onde foram construídas grandes armações de baleias, que se estendem ao longo da costa brasileira, como é o caso da localidade da Praia da Armação da Piedade, situada no município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina (Silva,1990). As armações para a pesca da baleia apareciam próximas das comunidades tradicionais do litoral. Porém, as armações e as comunidades tinham formas de organização diferentes.

Diegues (1983) estudou as comunidades pesqueiras tradicionais do litoral norte do Estado de São Paulo e, para caracterizar a pequena produção familiar dessas comunidades, denominou os homens do mar e da terra de pescadores-lavradores. Nessas localidades, a pescaria era realizada em pequenas embarcações a remo ou à vela; os instrumentos de trabalho utilizados na pescaria (aparelhos fixos, linha, espinhéis e pequenas redes de emalhar) pertenciam normalmente à unidade familiar. A pescaria era feita pela unidade familiar ou em conjunto com os vizinhos. Nesses espaços, a lavoura era a atividade principal, enquanto que a pesca era uma atividade ocasional ou complementar, restrita a períodos de safra, como por exemplo, a safra da tainha. A remuneração da atividade pesqueira era feita pelo sistema de partes do produto *in natura*. A produção destinava-se principalmente ao consumo e, uma pequena parte, para a troca. Os locais para a captura eram rios, lagoas e baías. Os pescadores empregavam, quase sempre, aparelhos fixos, linha de mão e redes de emalhar.

Maldonado (1986) também verificou essa peculiaridade nas comunidades tradicionais do litoral brasileiro. Ela classificou esses homens, que associavam pesca e lavoura, que produziam para o consumo e comercializam algum excedente, como pescadores-lavradores. A autora denominou a exploração da terra e do mar de “pluralismo econômico”.

Em Santa Catarina, a forma de produzir dos habitantes das pequenas comunidades espalhadas ao longo do litoral, no início do século XX, era de uma economia com características quase nos moldes naturais⁶, de auto-suficiência. O consumo de produtos externos à comunidade era ínfimo, restrito a uns poucos produtos industrializados, tais como: ferramentas, anzóis, cerâmicas, e gêneros alimentícios especiais, como: sal, açúcar e café, algumas vezes (TEIXEIRA, 1990).

Diegues (1983: 153) enquadrou essa forma de produzir dentro do campesinato. Ao comentar sobre a forma de produção simples do pequeno produtor litorâneo (pescadores- lavradores), Diegues escreveu:

Na medida em que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar que também detém os meios de produção e, na medida em que inexistente uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em presença de uma unidade camponesa de produção .

Teixeira (1990: 53), em seu estudo sobre o litoral catarinense, também chegou à mesma conclusão:

O uso do conceito de camponês à forma de organização da produção dos 'lavradores/pescadores' é possível porque esses produtores se constituem em produtores de mercadorias (pescado salgado e seco) dotadas de uma autonomia relativa sobre o seu modo de vida em geral (processo de trabalho, o que plantar, quando pescar etc). A relação desse produtor com o mercado capitalista é eventual, marginal, irregular. Apesar da venda do pescado ser a sua fonte de renda, como sua relação com o mercado é marginal, o 'lavrador/pescador' não tem sua reprodução social (no sentido do seu modo de vida) determinada por nenhuma 'subordinação' à reprodução do capital em geral.

⁶ Produzia para a subsistência e trocava alguns excedentes, quando havia.

A partir da década de 1930, começaram a aparecer em vários pontos da costa brasileira as diferentes formas de organização da atividade pesqueira. Pode-se citar a pequena produção dos pescadores artesanais⁷, estudados por Diegues (1983), Lago & Gouveia (1968) e Teixeira (1990); a pequena produção mercantil pesqueira, em Ganchos, estudada por Silva (1990); e a produção dos armadores de pesca, embarcados e as empresas de pesca, estudadas por Diegues (1983). Observou-se que, em uma mesma localidade, era possível encontrar pescadores-lavradores, pescadores artesanais, assim como pescadores que trabalhavam embarcados.

Essa forma de produção, que associava terra e mar, era encontrada até a década de 1970 no litoral paulista (DIEGUES, 1983).

Para melhor situar as diferenças nas atividades e verificar a similaridade, como a existente na localidade de Serraria, nos próximos itens, serão apresentadas as formas de organização da produção dos pescadores artesanais, dos armadores e das empresas de pesca, uma vez que cada uma delas possui características próprias.

4.2 A PEQUENA PRODUÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS OU AUTÔNOMOS

Lago e Gouveia (1968) observaram que, na década de 1940, o fenômeno da desestruturação da associação entre lavoura e pesca na Ilha de Santa Catarina

⁷ Pescador artesanal seria aquele que produz seus próprios instrumentos de pesca, como a embarcação e a rede. No entanto, o pescador passou a comprar os instrumentos de pesca, descaracterizando o "artesanal", e gerando controvérsias. Mesmo não sendo mais artesanal, o termo generalizou-se e o pescador que trabalha com embarcações com capacidade de até 10 toneladas recebe esta denominação.

aconteceram por razões econômicas, visto que, com o esgotamento dos solos e com as freqüentes pragas que atacavam principalmente as lavouras de mandioca, os lavradores-pescadores passaram a dedicar-se exclusivamente à pesca.

Ao dedicarem-se exclusivamente à atividade pesqueira, surgiram os grandes arrastões de praia e a pesca passou a ser direcionada para o mercado. O número de redes aumentou e, por isso, chegou a gerar conflitos. Segundo Lago e Gouveia (1968:49):

Nas áreas de prática de 'arrastão de praia', a luta pelos melhores pontos da praia já é comum e assume proporções de graves conflitos, como na 'Praia dos Ingleses' [...] a 'chegada' da tainha assinala a intensificação de conflitos entre 'companhias' de pescadores de uma mesma comunidade.

Com a intensificação da atividade, os cardumes de peixe, que chegavam próximos à praia, foram escasseando. A alternativa dos pescadores, então, era o embarque em traineiras que surgiram em Santos, no Estado São Paulo, e Rio de Janeiro, ou migrar para as praias do Rio Grande do Sul. Corroborou também outra situação, aquela em que os pescadores passaram a trabalhar para as companhias pesqueiras locais. Por esses motivos, o arrasto de beira de praia declinou (LAGO; GOUVEIA,1968).

Com o declínio dos arrastões de praia, os proprietários das redes progressivamente investiram em outra atividade: o arrasto de camarão, que nesse período encontrou mercado para ser comercializado. A pescaria passou a ser feita em embarcações motorizadas e executada com reduzida mão-de-obra, um ou dois tripulantes. Já aqueles pescadores, que foram ser proletários nas traineiras e nas companhias⁸ do Rio Grande do Sul e que almejaram ganhar dinheiro a fim de

⁸ Companhas: pequenas empresas de pesca do litoral gaúcho.

adquirir uma embarcação para trabalhar na pesca do camarão, tornaram-se pescadores artesanais (LAGO; GOUVEIA, 1968).

Outra forma de organização da produção dos pescadores artesanais, segundo Diegues (1983), ao estudar o litoral sudeste brasileiro, situou como aquela surgida da pequena produção familiar dos pescadores-lavradores. Os pequenos produtores, que dividiam suas atividades entre lavoura e pesca, passaram a dedicar-se, quase que exclusivamente, à atividade pesqueira, o que tornou a pesca em sua principal fonte de renda. Assim, a produção, que antes era destinada ao consumo ou objetos de uso, passou a ser destinada à venda com valor de troca. O mercado era o objetivo de sua produção.

O pescado, antes esperado na praia, foi ser capturado em ambientes marinhos mais amplos, graças ao uso do motor que passou a ser utilizado mais freqüentemente. A propriedade dos meios de produção, antes familiar, tornou-se individual. O igualitarismo foi sendo rompido e o dono da embarcação motorizada veio a exigir uma remuneração maior para cobrir os custos de manutenção. A divisão da remuneração continuou sendo feita em partes. No entanto, passou a ser em dinheiro. A pescaria tornou-se seletiva e os pescadores passaram a capturar espécies que propiciavam melhores rendimentos.

Diegues (1995, p. 108) caracterizou essa última forma de organização da pesca artesanal como a que:

[...] É aquela em que os pescadores autônomos ou sozinhos ou em parcerias participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em 'partes', sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte da renda, ainda que sazonalmente possam desenvolver atividades complementares [...] Outra característica importante é a sua dependência dos comerciantes ou atravessadores para os quais muitas vezes entregam toda a produção, pois deles dependem para a compra de material de pesca.

Segundo Maldonado (1986:15), os pescadores artesanais podem também ser chamados de *autônomos* que:

[...] se caracterizam pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção - se bem que, atualmente, esses pescadores tenham se modernizado bastante -, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos botes. Esse tipo de pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda, e a produção volta-se para o mercado, sem perder, contudo, o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização.

Teixeira (1990), ao comentar sobre os pescadores artesanais do litoral catarinense, associou a formação desse tipo de pescador à destruição do camponês litorâneo. O desaparecimento do camponês litorâneo foi devido à expansão global, em todos os setores e atividades, do modo de produção capitalista, mais especificamente, por causa de dois mecanismos condicionantes principais: o desenvolvimento urbano/imobiliário e a melhoria dos canais de comunicação com os mercados/cidades. O autor apresentou algumas características e detalhes da pesca artesanal:

- Atomização dos meios de produção. Os produtores eram os donos dos meios de produção, na maioria dos casos;
- Reduzida divisão técnica no processo de trabalho (patrão e camarada);
- O domínio do processo de trabalho era essencial;
- Fraco desenvolvimento das forças produtivas, em que praticamente inexistia o acúmulo de capital;
- A forma de remuneração do trabalho e do capital produtivo foi a divisão da renda obtida no sistema de partes.

A passagem da forma de produção dos pescadores-lavradores para a produção dos pescadores artesanais ou autônomos pôde ser visualizada através de:

a) Da análise das embarcações utilizadas para pesca: ambas as formas de organização utilizavam canoas e baleeiras. Não foi possível identificar em quais locais usava-se canoa ou baleeira, pois o autor estudou o litoral catarinense, abrangendo localidades que praticavam a pesca dentro de lagoas, baías e no oceano. A mudança ocorreu no aumento do tamanho das embarcações, pois, ao se dedicarem exclusivamente, tornou-se necessário aumentar a quantidade de pescado capturado (TEIXEIRA, 1990).

b) Os pescadores-lavradores utilizavam embarcações movidas a remo e/ou vela: os pescadores artesanais ou autônomos, cuja atividade desenvolveu-se na pesca oceânica, introduziram o motor à gasolina entre os anos de 1935 e 1945. Mais tarde, já nos anos de 1950 e 1960, é que foram empregados os motores nos barcos que pescavam nas baías, lagoas. (TEIXEIRA, 1990).

c) Os pescadores-lavradores pescavam com redes, espinheis e tarrafas ainda confeccionadas com linhas de algodão. Em relação aos pescadores artesanais ou autônomos, houve especialização na produção da pesca no litoral catarinense. De forma geral, a grande maioria dos pescadores utilizava a rede de emalhar para a captura da corvina, anchova. Para a pesca do camarão, eram empregadas: a tarrafa, a rede de arrasto de porta⁹ e a rede de saco¹⁰ (“aviãozinho”). A partir dos anos 1950/60, foi introduzido o fio de nylon para confecção da panagem da rede; e cinco anos mais tarde chegava o gelo para a conservação do pescado. (TEIXEIRA, 1990).

d) Na forma de organização dos pescadores-lavradores: a pescaria era realizada pelos próprios membros da família ou compadrio. Ao ser desestruturada essa forma de produzir, a pescaria passou a ser feita com tripulantes que não eram

⁹ Rede de Arrasto de Porta: ver pág. 81.

¹⁰ Rede de Saco: consiste em uma rede de pesca fixa, com atrativo luminoso composto por três funis concêntricos com malha 12 mm, para a pesca do camarão.

necessariamente membros da família ou compadres. Na pesca de peixe, o número de tripulantes variava de dois a sete pescadores. O número de pescadores se alterou de acordo com o tipo de embarcação utilizada, com características singulares no processo de trabalho e tecnologia empregada. Na pesca do camarão, normalmente trabalhavam entre um ou dois pescadores, devido às características dos instrumentos de trabalho que exigiam menos mão-de-obra. Nas pescarias feitas pelos pescadores-lavradores, o pescado capturado era dividido em espécie entre as pessoas que participavam do trabalho (TEIXEIRA, 1990).

e) Como a pesca era uma atividade complementar para os pescadores-lavradores, o pescado servia para o consumo direto e comercialização, após ser salgado e seco. Era a principal fonte de dinheiro para adquirir algumas mercadorias que não produziam. Na pesca artesanal ou autônoma, o destino da produção era para a comercialização, sendo feita quase sempre via atravessador (pombeiro) ou para indústrias de conserva e enlatamento localizadas ao longo da costa catarinense (TEIXEIRA, 1990).

Na primeira forma aqui tratada, como o trabalho era familiar, a mulher participava do processo, fazendo o serviço de limpeza e salga do pescado. Com a desagregação da forma de produzir familiar, o homem tornou-se o único a trabalhar e o produto da pesca passou a ser comercializado *in natura*.

A pesca artesanal ou autônoma, já voltada ao mercado, começou a receber assistência específica por parte do Estado em 1973, quando a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) criou a PES CART (Plano de Assistência à Pesca Artesanal), uma tentativa de viabilizar o setor pesqueiro artesanal. A SUDEPE tinha como estratégia fornecer assistência técnica, prestada por engenheiros de pesca, para desenvolver o setor. O plano concebia o

desenvolvimento do setor a partir da introdução de novas técnicas que, segundo Diegues (1988), não resolveu o problema da pesca artesanal. Para o autor, o problema maior não estava em aumentar a produção e a produtividade, mas sim nos preços baixos pagos aos pescadores na comercialização, feito normalmente por intermediários, os comerciantes do pescado. Em Santa Catarina, o Governo Estadual criou, em 1968, a ACARPESC (Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina), empresa de extensão pesqueira, que tinha como objetivo transmitir aos pescadores novas técnicas de pesca, como: conservação, industrialização do pescado e comercialização. No entanto, essa iniciativa apresentou problemas, como se pode observar no estudo de Diegues (1988:14):

Iniciou-se há pouco tempo uma experiência pioneira de produção e comercialização comunitária de pescado em Santa Catarina: os condomínios pesqueiros, assessorados pela ACARPESC, empresa de extensão pesqueira estadual. Infelizmente, por motivos de organização, essas experiências não se expandiram.

Com a extinção da SUDEPE e da ACARPESC, órgãos estatais que tinham a função de fomentar a pesca, o setor pesqueiro ficou sem uma política pública de incentivo.

Quadro 1 - Formas de organização da produção da pesca praticada pelos pescadores-lavradores e pelos pescadores artesanais ou autônomos no Brasil:

Variáveis	Período	Pescadores-lavradores Até 1935*	Pescadores artesanais Após 1935
Tipo de embarcação		Canoas, baleeiras	Canoas, baleeiras, botes
Propulsão das embarcações		Remo e/ou vela	Motor
Instrumentos para captura		Rede de espera, espinhéis	Redes de emalhar, rede de arrasto de camarão
Tipos de espécies capturadas		Peixes de safra-tainha, anchova	Corvina, anchova e principalmente camarão
Número de tripulantes		Unidade familiar ou vizinhança	Captura de peixe, até 7 Arrasto de camarão- 1 ou 2
Conhecimento da profissão		Domínio parcial	Domínio dos segredos do mar. Essencial para adentrar ao mar
Formas de remuneração		Partes- in natura	Partes, após venda do produto
Destino da produção		Consumo. Mercado esporadicamente	Produção voltada para o mercado
Lugar de pesca		Baías e enseadas	Baías, enseadas e área costeira
Trabalho das mulheres		Limpeza e salga do pescado	Eventual, normalmente o produto é vendido <i>in natura</i>
Influência do Estado		Colônia de pescadores	Abertura de entrepostos de pescado PESCART, ACARPESC

* A data refere-se ao início da desarticulação dessa forma de produção. No entanto, na década de 1970, foram encontrados pescadores-lavradores no litoral paulista (Diegues, 1983).

4.3 A PRODUÇÃO DOS ARMADORES E EMPRESAS DE PESCA

Ressalta-se essa forma de produção pesqueira, pois é a partir daí, que os pescadores tornaram-se assalariados em embarcações maiores, ou seja, a proletarização do pescador.

A pesca embarcada no Brasil teve início nos anos 1920/30, quando pescadores espanhóis introduziram a pesca da sardinha com barcos-traineiros motorizados e, secundariamente, pelos barcos linheiros¹¹ (DIEGUES, 1983).

A existência de grandes cardumes de sardinha e outras espécies tornou a atividade pesqueira mais estável. Esse fato, juntamente com a disponibilidade de

¹¹ Barcos que deixavam o Rio de Janeiro e deslocava-se até Abruços no Sul da Bahia, onde os pescadores passavam para pequenos botes e pescavam com linha de mão. No Rio de Janeiro em 1950 existiam cerca de 52 desses barcos, em 1977 esse número baixou para 50 (Diegues, 1983).

pescadores para embarcar, criou as condições para o processo de acumulação de capital na atividade pesqueira (DIEGUES,1983).

A tripulação das traineiras era composta normalmente de pescadores que vinham de praias de outros Estados à procura de melhores rendimentos com a pesca. Em média, cada traineira era composta por quinze pescadores. Na forma de produção, aparece a divisão de tarefas: o motorista, o cozinheiro, os homens do convés e o mestre, homem que possuía um conhecimento apurado dos segredos da pescaria. Era desse conhecimento que normalmente vinha o sucesso da pescaria. Todo trabalho era feito manualmente (DIEGUES,1983).

A forma de remuneração era feita pela renda obtida com a venda do pescado pelo sistema de partes. O pescado abastecia a crescente expansão urbana que vinha ocorrendo, bem como a indústria de conserva (DIEGUES,1983).

Os barcos-traineiros tinham capacidade de explorar a zona costeira, podendo chegar a pesqueiros abundantes no litoral sul do Brasil.

Na década de 1930, através de investimentos em infra-estrutura, em apoio à comercialização, o Estado, que participou ativamente nas transformações, atuou na criação de entrepostos e postos de recepção de pescado. Essa forma de organização da produção pesqueira manteve-se até os dias atuais, porém, com modificações, depois de implantada a política de incentivos fiscais, realizadas pelo governo federal, a partir da década de 1960.

Nos anos 1960, o Governo Federal, para dar impulso à atividade pesqueira, que até então se limitava à pesca artesanal e a armadores de pesca, criou a SUDEPE. Porém, o que realmente veio dar impulso à atividade e forte

direcionamento ao capital, foi o Decreto-lei nº 221/67¹² que concedeu incentivos fiscais a pessoas jurídicas, os armadores e as empresas de pesca, formadas e incentivadas a partir do decreto. Assim, os armadores de pesca equiparam seus barcos com apetrechos de captura mecanizados, equipamentos eletrônicos de navegação e detecção de cardumes.

Com os incentivos fiscais, os armadores e as empresas de pesca aumentaram também o número e o tamanho dos barcos. Atuavam com barcos-traineiros e os arrastões de parelha (pesca feita com uma rede de fundo arrastada por dois barcos, um em cada ponta da rede, capturando peixes demersais: pescada-foguete, corvina e goete), e concentravam principalmente o esforço de pesca sobre o camarão, produto de alto valor comercial. Esses barcos passaram a ter equipamentos sofisticados de captura e navegação, tais como: aparelhos de comunicação, ecossonda, guinchos e piloto automático. No período que compreende a década de 1960 e início da década de 1970, a frota de barcos camaroeiros foi a que mais cresceu.

Os barcos passaram a trabalhar com duas redes de arrasto e com uma tripulação de seis a nove homens. Os barcos-traineiros e os arrastões de parelha trabalhavam em média com quinze tripulantes (DIEGUES, 1983).

Com a introdução da maquinaria na pesca, o conhecimento empírico dos pescadores foi perdendo importância; e, em alguns casos, os mestres chegavam a danificar os equipamentos com receio de serem substituídos por eles.

¹² Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Os principais benefícios criados por este decreto, segundo Diegues (1983:130), são: "a) isenção de imposto sobre produtos industrializados para as embarcações de pesca e redes destinadas à pesca comercial e científica; b) isenção de quaisquer impostos e taxas federais para o pescado *in natura* ou industrializado no país, que se destina ao consumo interno ou exportação; c) isenção de Imposto de Renda e adicionais às pessoas jurídicas com projetos aprovados pela Sudepe; d) isenção de impostos para importação de produtos industrializados, taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para as importações previstas nos projetos aprovados pela Sudepe".

Nas empresas de pesca, a remuneração dos pescadores dava-se pelo sistema de salários, acrescidos com quotas de produção, ou pelo tradicional sistema de partes. As empresas de pesca atuavam tanto na área de captura como de beneficiamento e de comercialização. Atendiam o mercado interno e visavam também o mercado externo (DIEGUES, 1983).

Apesar da melhora nos equipamentos de pesca, os barcos pesqueiros não ultrapassavam a plataforma continental, pois eram incapazes de lançar-se na pesca oceânica (DIEGUES, 1983).

Em Serraria, a pesca, no período de modernização que vivia a pesca industrial, era feita com baleeiras, sendo as tarefas da pescaria realizadas ainda manualmente e próximas à linha de costa.

Ao final da década de 1970, o setor pesqueiro empresarial entrou em crise. Com isso, diminuiu o número de empresas ligadas à pesca, inclusive em lugares onde antes a atividade era muito lucrativa, como o Município de Santos, no Estado de São Paulo e nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Destacaram-se dois fatores principais para a crise da pesca industrial: O Projeto Nacional não tinha suporte em nenhum setor de empresários realmente experimentados na atividade pesqueira. “A SUDEPE¹³ tentou criar uma pesca capitalista sem empresários capitalistas. Daí a invasão de aventureiros de outros setores, que, segundo a opinião dos industriais da pesca, investiam o dinheiro da SUDEPE em outras atividades mais rentáveis”. (Diegues, 1983:142). O segundo fator determinante para a crise do setor foi o crescimento e a superexploração da

¹³ A SUDEPE foi criada em 11 de outubro de 1962 através da Lei Delegada nº 10. Era uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, que tinha como funções: coordenar, promover e executar todas as atividades do poder público ligadas à atividade pesqueira.

pesca das espécies que apresentavam alto valor de mercado, o que gerou a diminuição das populações. Os recursos pesqueiros existentes foram explorados de forma desordenada e levaram ao comprometimento de alguns dos principais estoques. Isso provocou, nos últimos anos da década de 1980, uma drástica diminuição da fauna marinha e, conseqüentemente, da produção pesqueira brasileira (Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos, 1998:104).

Com o declínio do modelo de desenvolvimento da pesca industrial empreendido pela SUDEPE, o órgão entrou numa fase de descrédito. Foi extinto, em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei nº 7.735. As atribuições e competências do extinto órgão passaram para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal).

Em 1997, através da Medida Provisória nº 1.549-35 (09/10/1997), a produção e fomento das atividades pesqueiras transferem-se para a competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, enquanto a preservação e conservação dos recursos pesqueiros continuaram com o IBAMA.

As mudanças institucionais parecem que não modificaram o quadro de crise em que se encontra o setor pesqueiro industrial brasileiro.

As possibilidades de expansão do setor, segundo a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (1998), pressupõe e recomenda a utilização de recursos marinhos subexplorados ou inexplorados, principalmente os atuns e afins.

Quadro 2 - Resumo sobre a Pesca Embarcada no Brasil:

Variáveis	Período	Armadores de pesca De 1930 a 1960	Armadores e empresas de pesca após 1960
Tipo de embarcação		Barcos (média 35 toneladas)	Barcos com mais de 90 t
Propulsão das embarcações		Motor	Motor
Instrumentos para captura		Principalmente traineira	Traineira, arrasto de parelha, redes de arrasto de camarão
Tipos de espécies capturadas		Principalmente sardinha	Sardinha e peixes variados. Maior esforço de pesca era o camarão
Número de tripulantes		Traineira - média de 15	Traineira e parelha - 15 Arrasto de camarão - de 6 a 9
Conhecimento da profissão		O mestre domina os segredos da profissão	Introdução da maquinaria, substitui os conhecimentos do mestre.
Formas de remuneração		Partes	Salários e partes
Destino da produção		Indústrias de conserva, mercado <i>in natura</i>	Empresa comercializava no mercado interno e externo
Lugar de pesca		Área costeira	Área costeira até a plataforma continental
Trabalho das mulheres		Não identificado	Não identificado
Influência do Estado		Abertura de entrepostos de pescado, colônia de pescadores	Incentivos fiscais

V AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS EM SERRARIA

Analisando as entrevistas que foram realizadas com os moradores de Serraria, observou-se uma nítida distinção entre lavradores e pescadores. Os lavradores ocupavam praticamente todo o solo até o início da década de 1960, quando principiou o declínio da atividade agrícola, até seu desaparecimento completo ao final da década de 1990. Quanto aos pescadores, foram identificados quatro momentos distintos na pesca em Serraria. Os períodos foram determinados levando-se em consideração as características sociais e econômicas comuns, nas quais sofreram diferenciações em cada período.

O primeiro período compreendeu até o início da década de 1960. Os pescadores, com suas canoas à vela e/ou a remo, pescavam as mais variadas espécies de peixes e camarão, que serviam para seu sustento e de sua família, além de comercializarem o produto principalmente na vizinhança e localidades próximas. A pesca era realizada na Baía Norte, quase que exclusivamente.

O segundo período foi do início da década 1960 até meados da década de 1970, quando os pescadores passaram a usar baleeiras motorizadas. Dessa maneira, puderam se deslocar mais rapidamente e com mais segurança. Ampliou-se, então, a área de pesca para fora da Baía Norte e direcionaram a pescaria para peixes com melhor preço de mercado.

O terceiro período foi da segunda metade da década de 1970 até o começo dos anos de 1990, período em que a pesca voltou-se para a captura do camarão.

O último período compreendeu a década de 1990 até os dias atuais e teve como característica principal a introdução de embarcações mais sofisticadas,

chamadas de *trangones* (possuem rádios-amadores, guincho, etc), sendo essas embarcações adquiridas por pessoas sem vínculo histórico com a pesca.

Nos quatro períodos, observaram-se características próprias na forma de organização social da produção.

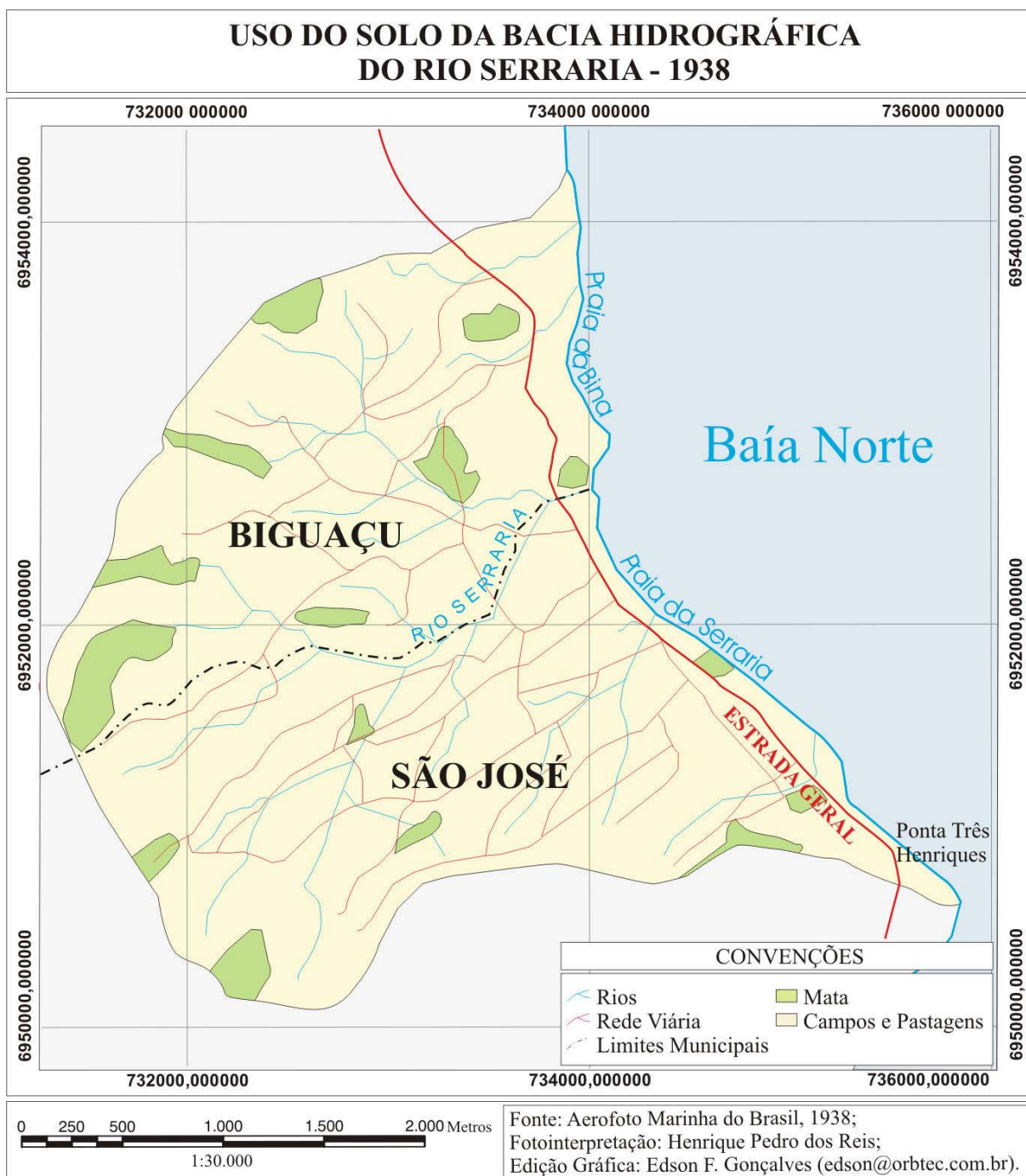
5.1 PRIMEIRO PERÍODO (ANTES ATÉ 1960): AS CANOAS MOVIDAS A REMO E/OU À VELA

A localidade de Serraria movia-se ao ritmo da atividade pesqueira e de uma pequena atividade agrícola. O cotidiano era determinado pela natureza, pela força dos ventos, pelas marés e pelo clima.

A pesca e a pequena organização agrícola ditavam a dinâmica da organização de existência humana na localidade. A atividade estava vinculada à força física dos homens, efetuada em pequenas embarcações movidas a remo ou velas e também pelo trabalho em terra, com a utilização de animais como bois e cavalos. O grau de desenvolvimento das forças produtivas na localidade era bastante insipiente.

Analisando o mapa de uso de solo de 1938 (ver pág. 53), pode-se verificar a intensidade da ocupação do solo na área em estudo. A vegetação original foi praticamente toda retirada, vistas apenas em pequenas áreas cobertas com vegetação secundária ou capoeirões esparsos. A maior parte da área encontrava-se ocupada por pequenas plantações e pastagens, e também por algumas terras em pousio. Exceto a estrada geral, ainda não asfaltada e que, em alguns trechos, serviu para o atual traçado da rodovia BR 101, as vias públicas eram caminhos, onde transitavam carros de boi, que cortavam toda a localidade. Normalmente, esses

MAPA Nº 03 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-1938



caminhos passavam por várias propriedades particulares. Visualiza-se neste mapa algumas pequenas construções esparsas, que poderiam ser casas, engenhos de farinha ou mesmo, próximos à praia, ranchos de canoa.

O mapa de uso do solo de 1957 (ver pág. 55) mostra a mesma forma de ocupação, o que evidencia a intensa ocupação do solo pelos agricultores.

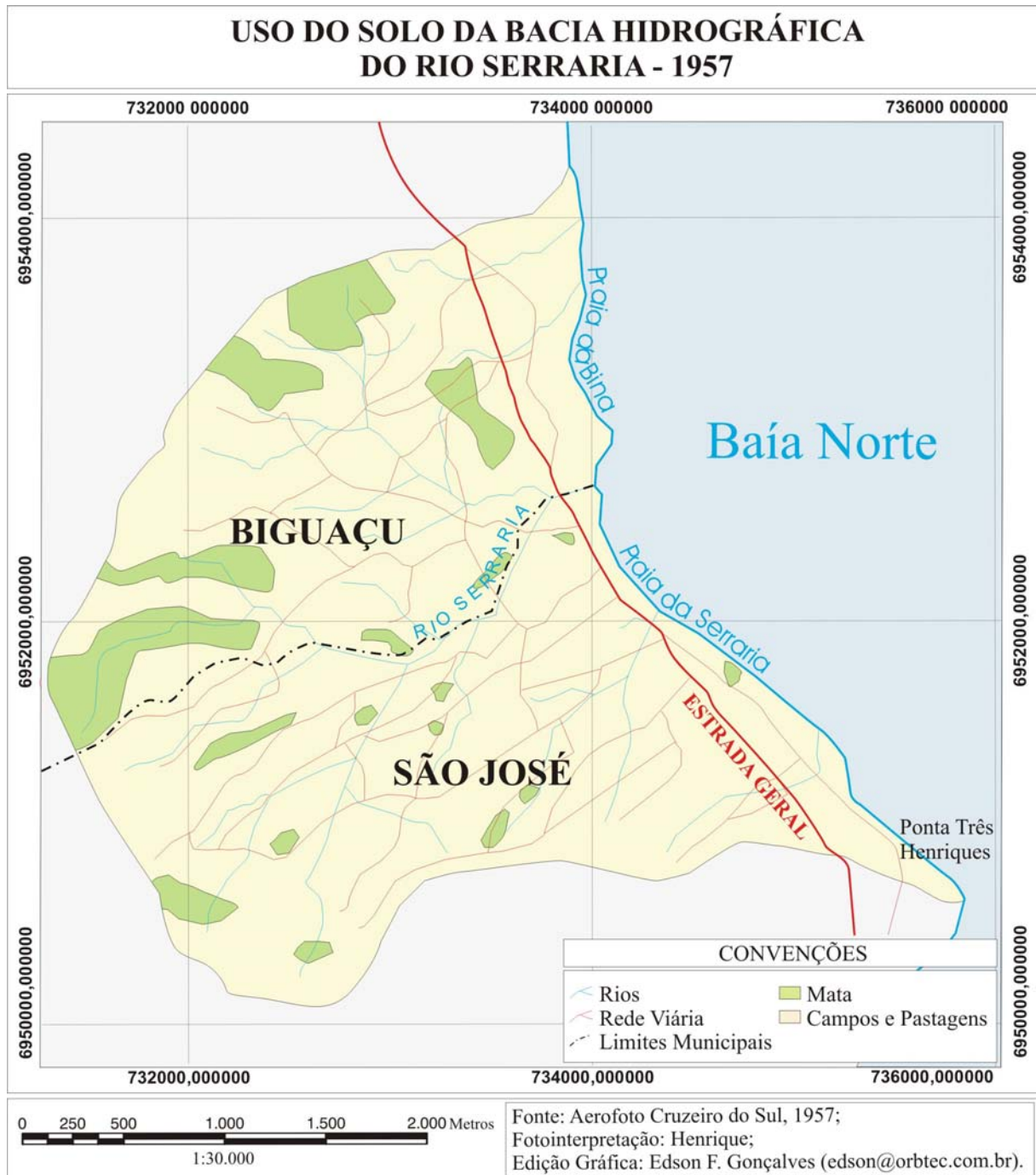
Procurou-se buscar informações entre os entrevistados sobre as mudanças nos traçados dos caminhos encontrados na foto aérea de 1938, e conforme relato da pesquisada, D. Ruth de Souza Rodrigues, 76 anos, moradora na localidade de Serraria desde 1930: "Os caminhos são os mesmos. Só mudaram quando começaram a abrir as ruas".

Nas pequenas propriedades, o trabalho estava voltado principalmente para a produção de alimentos, que supriam a própria subsistência dos plantadores e na comercialização de um pequeno excedente. De acordo D. Ruth, ao lembrar sua infância:

A vida era calma. Tudo calmo, era pobre, ninguém era rico, mas não faltava nada pra gente comer. Plantava-se tudo em casa. Era o feijão, era a farinha, era o café [...] tudo produzido pelas próprias mãos das pessoas em casa [...] A gente tinha chácara perto de casa. Tinham aqueles pés de árvore que não tinha mais tamanho [...] Criava-se galinha; ovo a gente não comprava. A galinhada o papai criava. Criava peru, criava marreco, papai criava de tudo [...] E o anogueiro (o fruto dessa árvore era utilizado para fazer o sabão) feito sabão, que a gente fazia sabão em casa [...] A gente secava o açúcar, eu tinha uma raiva de secar açúcar.

Segundo o Senhor Pedro dos Reis, 67 anos, pescador até os 30 anos, descendente de imigrantes açorianos, nascido na localidade:

MAPA N° 04 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-1957



Aqui, na localidade de Serraria, só tinha essa estrada que hoje é a BR 101, e não era asfaltada; o asfalto veio depois. O restante, daqui pra cima, era só caminho, não tinha nem carro para andar! Nesses caminhos, à noite era tudo escuro. Muita gente tinha medo de sair à noite com medo de uma luz que aparecia. As casas eram poucas, feitas de madeira, e muitas eram feitas de “estruque”. Para fazer a parede desta casa de estuque, era rachado o bambu, e amarrado com cipó, formando quadrados como estes azulejos aí (o entrevistado refere-se aos espaços entre um azulejo e outro da parede da casa onde morava à época, preenchida com rejunte escuro). Depois de fazer esse esqueleto da parede, a gente pegava barro molhado, em duas pessoas, uma de cada lado da parede, e ia enchendo a parede com barro, de baixo para cima; ficava forte. Em cima, era colocada telha de calha (telha de barro em forma oval) ou capim; o dia que tinha chuva e vento, molhava tudo. Algumas casas tinham assoalho, outras eram de chão batido. Aqui, na Serraria, o que as pessoas tinham dentro de casa era um fogão à lenha, panela de barro, algumas de ferro. Os peixes que a gente pescava, fritava-se nelas. Para guardar água, era em pote de barro e tirada do poço. A luz que existia era “pomboca” de querosene (uma espécie de lampião). As roupas eram guardadas em caixas de madeira. A cama era de madeira com colchão de capim, era isso. A gente vivia da pesca. Eu ia para o mar todo dia com o meu pai. Aprendi a pescar com ele.

Descreve o senhor Mário José Umbelino, 65 anos, morador, nascido em Serraria, como se vivia à época:

Era brincar com outros coleginhas, procurar ninho de passarinho. Às vezes, pegar carrinho com duas rodinhas, fazer patinete, fazer carretão, brincar lá nos morros. Às vezes, eu era muito malvado, eu ia procurar ninho de passarinho com os meus colegas; chegava lá trepava naquele pau alto, chegava lá se tinha ovo choco eu dizia oh, esse ovo aí é melhor para vocês, eles aparavam (risos), eles ficavam com uma raiva. [...] Tinha um colega meu aqui da Serraria; nós fazia aquele chapéu de papel, e os guris eram muito tolos, nós botava um pão, um pedaço de sabão e um pedaço de queijo no pão, aí o guri chegava lá, na venda, para comprar; nós ia à tarde, nós não tinha nada pra fazer, quando chegavam àqueles guris meio “tolão”, meu colega dava um pedaço de pão pra ele. Olha esse pão aqui eu vou te dar, mas nós vamos ter que esconder um ovo em ti, ta. Ele, com fome, queria um pão (risos). Ele escondia o ovo na cabeça do guri e botava um papel, um chapéu de papel e eu ia procurar. Ta no bolso? Não, não ta, eu ia procurando, dava um tapa na cabeça, derramava aquele ovo podre na cabeça. Ele ia para o poço de um senhor que tinha ali do lado para lavar a cabeça. Depois, nós pegava um pedaço de papel, colava na cola de um pato, aí o pato saía correndo; aí nós falava: pode pegar o pato pra ti, o pato não parava, ele não pegava (risos) e era aquela bagunça. [...] Muitas vezes, quando vinha aquele fogo simbólico, (facho de fogo que eles deixavam na igreja, vinha de uma cidade para outra), nós brincava à noite. Então, chegava lá de noite, nós pegava aquele bambu seco e palha de milho, batia bem assim na estrada. Naquele tempo não tinha asfalto, batia, batia, batia e depois acendia; eu roubava um pouco de querosene da mamãe em casa. Aí, tinham aquelas moças e homens, tudo esperando o fogo simbólico. Lá vem! Lá vem! (risos). Era nós (risos). As pessoas diziam: não é, não é, é a turma fazendo sacanagem. [...] Não tinha carrinho, não podia comprar carrinho, não ganhava nada. Aí tinha o meu colega, ele tinha um carretão, brincava de carretão. [...] Nem dinheiro pra nós comprar bolinha de vidro. Às vezes, o Zico é que dava pra nós brincar, senão, não tinha. [...] Hoje em dia essa gurizada aí...

D. Ruth, quando ainda menina, na década de 1930, relembra:

Quando era pequena levava café para os homens no morro; os filhos ajudavam os pais [...] A gente era pequena, a gente esperava o tio Chico na praia pra levar o peixe pra cima, à noite. Corvina, o tio Chico mandava o peixe pra cima pro Papai, era o peixe, era o camarão, era tudo. Ai o Papai pagava. Mandava por semana. Era assim. [...] A gente comia peixe fresquinho do mar, não era peixe de gelo. Não se tinha geladeira, ninguém sabia o que era isso. [...] não sabia o que era fogão a gás, era fogão à lenha. Era tudo plantado em casa. Hoje a gente compra tudo, porque ninguém quer plantar mais.

Segundo D. Ruth, não existiam Igrejas. As missas e as festas eram realizadas na casa de Seu Vicente: “Nas festas, tinha brincadeira, corrida de saco, e tudo era feito na casa de Seu Vicente. Aqui, não tinha nem igreja”. As Igrejas católicas mais próximas ficavam nas localidades vizinhas: “Nós íamos à missa em Barreiros e a missa em Biguaçu de pé”. Até os dias atuais, existem duas festas religiosas na localidade: a festa de Nossa Senhora dos Navegantes e a festa de São Pedro. A construção da primeira Igreja Católica na Serraria teve início nos primeiros anos da década de 1950, conforme relata o Senhor Antônio Firmino Mangrich, 76 anos, morador de Alto Biguaçu (atual Município de Antônio Carlos), que participou da construção da Igreja. Em seu relato, ele conta:

Tinha que cortar a madeira. Não tinha dinheiro. Tinha que ir para o mato cortar a madeira, fazer andaime, estaqueamento, tudo puxado nas costas, tudo de morro abaixo [...] Eu fiz fiado, não tinha dinheiro, tudo eu botava do meu bolso. Depois de algum tempo é que acertávamos as compras. Demorou para pagar três anos.

Para a construção da Igreja, houve algumas doações de material. De acordo com o pesquisado Antônio Firmino Mangrich, a principal doação foi a do Senhor Aderbal Ramos da Silva, influente político da capital Catarinense. "Eu conhecia muito o doutor Aderbal, o Renato [...] o Aderbal deu pregos, deu tijolos, deu madeira, deu ferro, cimento, eu trabalhava na casa dele",

A atividade agrícola em Serraria esteve sempre desvinculada da atividade pesqueira. Ambos, agricultores e pescadores, intercambiavam os produtos entre si,

e comercializavam os excedentes em localidades próximas. Alguns pescadores plantavam somente para o próprio consumo, numa pequena horta próxima à residência. Já os agricultores produziam em áreas maiores e em maior quantidade. De acordo com o depoimento de um dos pescadores mais antigos do local, o Senhor Domingos Vicente Cúrcio, conhecido como Dêga, 67 anos: “O lavrador vinha na praia pra ver o peixe que matava [...] Como que lavrador ia pescar, se não sabia pescar? Lavrador ia lá um dia. No outro, não vinha mais porque não sabia. A gente, que era pescador, é que pescava”.

Outro fator importante para a compreensão do período em estudo está na utilização do trabalho feminino. O trabalho das mulheres compreendia os serviços no lar, cuidados com a casa e com as crianças. Somava-se a isso, o trabalho de colher e torrar o café¹⁴. As mulheres participavam também do fabrico de farinha, feita durante o inverno. O processo, conhecido como “farinhada”, dava-se com a colheita da mandioca, que depois era processada em engenhos de farinha, movidos por tração de animais. A farinha era utilizada como alimento básico das famílias e o excedente, comercializado. D. Ruth explica: “Os homens traziam a mandioca para dentro de casa¹⁵. A gente raspava e eles faziam a farinha. Botavam os bois no engenho de cevar a mandioca, prensar a massa, depois forniar, tudo a boi”. Depois, as mulheres aproveitavam a água que saía do processo de prensa da mandioca para fazer o polvilho. A água era armazenada dentro de um cocho, ficando em repouso até que o material em suspensão decantasse no fundo do cocho. Logo após, a água era retirada e o polvilho colocado para secar. Faziam roscas e broas

¹⁴ O café, cultura permanente, foi trazido para a região desde o início da ocupação lusitana.

¹⁵ Na realidade, era o engenho. No entanto, como ficava próximo à casa, era considerada uma continuação da mesma.

de polvilho. Da massa de mandioca prensada, as mulheres aproveitavam para fazer rosca de massa e biju.

O único trabalho em que as mulheres recebiam remuneração era o de bordar. A remuneração era só delas e não precisavam dar satisfações aos maridos ou aos pais. As mulheres bordavam a renda à noite. Durante o dia, conforme foi relatado, elas participavam das outras atividades. Segundo Dona Ruth:

Bordava renda à noite. Renda de malha, colcha, toalha, fazia a tela e bordava a luz de querosene. Enfumaçava o nariz todo. Pra vender, era o que a gente fazia, era trabalho da gente. Nesse tempo, ninguém se empregava, como hoje em dia. Qualquer uma coisa é estudo e empregar. Tudo quanto é moça trabalhava nisso, na época.

De acordo com Dona Ruth, a confecção de roupas era outra atividade feminina feita em Serraria:

Comprava-se o tecido e fazia. Hoje em dia é tudo feito. Uma blusa, um casaco era comprado nas lojas em Biguaçu. Na cidade mesmo (Florianópolis), tinha as costureiras que faziam. Não vê a tia Bia, do tio Jorge, roupa de homem ela fazia! A dona Maria é que fazia a roupa nossa. A Joana fazia roupa pra nós.

Dona Ruth também relata as brincadeiras das meninas:

Nossas brincadeiras eram uma cantava para as outras, ratoeira. Juntava umas 4, 5, 6, 7, conforme tirava uma pra cantar, ir pro meio cantar e as outras acompanhavam. Fogueira, a gente pulava a fogueira. Cantava-se também os ternos que a gente fazia em casa, terno de reis, São Sebastião, o natal, fim de ano. Terno de reis ia à casa uns dos outros. Chegava nas portas e cantava. Abria a porta, recebia e pedia oferta. O pessoal dava, era até divertido. Quando chegava o tempo de terno de reis, todo mundo dizia e vai chegar o tempo de terno [...] a gente de longe escutava, era o que mais podia esperar em casa.

Na região, não havia energia elétrica à época. Os automóveis que por ali trafegavam, estavam de passagem. Nenhum morador dispunha de automóveis para locomoção; dependiam de barcos, carroças, cavalos e muito raramente do transporte coletivo. Segundo o Seu Mário: "Geralmente tinha poucas casas. Carro para passar na Serraria era de hora em hora; e os carros que passavam aqui eram aqueles Ford Galheta e outros".

Nos depoimentos acima descritos, observou-se que toda a organização da vida na localidade de Serraria, desde as brincadeiras das crianças até a construção da Igreja, das casas, das ruas, no fabrico dos barcos, das ferramentas de trabalho, expressava a ação de homens dedicados ao fazer individual e ao que se encontrava disponível na natureza local ou nas proximidades, como “no cortar a madeira no mato e puxá-las nas costas”, refletindo o grau insipiente das forças produtivas.

Segundo os entrevistados, até o final da década de 1950, as embarcações eram feitas a partir de um único tronco de árvore, chamadas simplesmente de canoas, movidas a remo e/ou à vela, medindo em torno de oito metros de comprimento e cerca de um metro de boca (largura). Essas embarcações eram produzidas artesanalmente e muitas delas na própria localidade. O artesão, além de fazer canoas, também executava reparos, quando necessário.

Havia canoas adquiridas em outras localidades próximas, onde também se trabalhava na atividade pesqueira. Entre elas, as localidades: de Aririu, no Município de Palhoça, e Ribeirão da Ilha, no Município de Florianópolis, ambas na Baía Sul; e a da Caieira, no Município de Governador Celso Ramos, localidade próxima à Ilha de Anhatomirim.

A confecção das redes, das tarrafas e espinhéis¹⁶ era artesanal, sendo o próprio dono da canoa o responsável pela tarefa ou, então, contratava alguém para executá-la, pois muitos donos de canoas pescavam, e o trabalho de fazer rede exigia muito tempo. Após a panagem (malha) da rede estar feita, era necessário entalhá-las, ou seja, o processo de unir a malha (panagem) aos cabos (tralhas) da

¹⁶ Artefato para pesca de fundo composto de uma linha forte e comprida com várias linhas curtas presas a ela, a intervalos regulares, cada uma com um anzol na ponta.

rede com a corda de sisal. Essa corda era adquirida no mercado, no centro de Florianópolis.

Quanto ao entrelhamento, existe o superior - união da malha ao cabo de cima da rede e o entrelhamento inferior - união da malha ao cabo inferior da rede. O processo de entrelhamento superior caracteriza-se por adicionar bóias ou cortiças para fazer com que essa parte da rede flutuasse. As bóias eram confeccionadas artesanalmente a partir de uma árvore chamada de Garapuvu (*Schizolobium parahybum*) ou da raiz da árvore Corticeira (*Guatteria australis*). Já o processo de entrelhamento inferior caracteriza-se na colocação de pesos para que esta parte da rede ficasse submersa. Eram confeccionados com pano (tecido) em formato de meia lua e cheios com areia da praia para a rede tocar no fundo da Baía.

Outro problema enfrentado pelos pescadores da localidade era referente à qualidade da linha utilizada na confecção dos aparelhos de pesca. As linhas de algodão, para obterem maior resistência e durabilidade, tinham que ser escurecidas (pintadas) a cada quinze dias, no máximo. Na tarefa, utilizavam normalmente a casca de Aroeira (*Schinus therebinthifolius*) ou da Árvore do Mangue (*Rhizophora Mangle*), que era cozida e depois espalhada em cima da rede e posteriormente colocada no varal¹⁷ para secar.

Após as pescarias, havia a necessidade de remendar as redes (consertar as malhas da rede que rasgavam durante a pescaria). Os pescadores estendiam as redes no varal, para que fosse executado o trabalho de remendo necessário. A responsabilidade de fazer essa atividade era tanto dos camaradas da pescaria como do dono da canoa.

¹⁷ Varal: espaço que fica normalmente ao lado do rancho das embarcações, utilizado pelos pescadores para estender, secar e remendar a rede.

Entre as décadas de 1940 e 1950, a pescaria dependia da entrada dos peixes e crustáceos dentro das Baías. A corvina (*Micropogonias Furnieri*) era capturada nos meses de agosto a outubro; o bagre (*Netuma Barba*, *Genindes Genides* e *Trachysurus sp*) era capturado nos meses de novembro a janeiro; a anchova (*Pomatomus Saltatrix*), a pescadinha (*Macrodon Ancylodon*), a sardinha (*Sardinella Brasilensis*) e a sardinha laje (*Opisthonema Oglinum*), nos meses de março a setembro. Essas espécies eram facilmente encontradas. No entanto, a quantidade de pescado possível de ser capturado com os instrumentos de pesca disponíveis proporcionava uma pouca renda aos pescadores, além do baixo preço do pescado. A baixa renda foi confirmada no depoimento de Seu Álvaro Antônio Sodré, 82 anos:

Aqui não tinha nada. Só ia mesmo pescar com meu pai, mas não via dinheiro. [...] Pescava de segunda a sábado; e o sábado, quando eu pescava, que ganhava um “quinhãozinho” pra botar um dinheirinho no bolso.

Já o Senhor Mário José Umbelino relata seu início na atividade pesqueira e as dificuldades enfrentadas:

Com 15 anos comecei a pescar e pesquei uns 2 ou 3 anos. Depois comecei a cortar pedra. Aí, depois, fui para Santos. Eu já tinha uns 20 anos, pesquei lá em Santos. Pra casar, eu fui obrigado ir para Santos, pra ganhar dinheiro, para casar. Eu pesquei, no começo da pescaria, na canoa do Miguel (dono da canoa na época). A pesca era a remo de voga. Saía daqui pra Ilhota (Ilha das Cabras). Chegávamos na ilhota 10 horas; nordeste (vento), encharcado, depois largávamos de vela, botávamos as costas do lado da canoa. Chegávamos ali no Ratoles Pequeno, dávamos dois, três lances; já estávamos lá embaixo no Guará. Agora agüenta remo outra vez pra cima. Aí dávamos dois lances. Estávamos lá embaixo outra vez. Quatro, cinco horas, largávamos de vela e vínhamos embora. Chegávamos aqui à noite.

A dificuldade de ganhar dinheiro na pesca fez Seu Álvaro, um dos primeiros pescadores a deixar a atividade pesqueira local, ir trabalhar como assalariado em uma embarcação de pesca maior no Estado do Rio de Janeiro (este assunto será detalhado mais adiante).

O depoimento de outro morador da localidade, Seu Pedro Meira, 75 anos, também espelha as dificuldades da pesca no período descrito: "Pra fazer futuro, aquele peixe não dava, não tinha jeito [...]; andava sempre apertado [...], trabalhava de noite pra comer de dia¹⁸ e vice-versa".

A tripulação nas canoas de Serraria era composta por quatro pescadores: o patrão e três camaradas. O patrão ou mestre era o homem que, podendo ser o dono da canoa, adquiriu grande conhecimento das atividades pesqueiras, como: longo convívio com o mar, conhecimento dos pontos de pesca, a variação das condições do tempo e o responsável pela condução da embarcação. Os outros três camaradas desenvolviam as atividades que eram determinadas pelo patrão: remar com maior ou menor intensidade, lançar a rede ao mar, puxá-la e separar o peixe.

Para ser pescador profissional, era necessário ter determinadas habilidades, como: confeccionar a malha da rede, remendá-la e saber trabalhar com os diferentes instrumentos de pesca. O relato de Seu Pedro define o que era considerado pescador profissional: "Digo profissional aqueles pescadores que sabem trabalhar, fazer a rede, saber pescar, saber consertar, saber tudo de pesca. Esses são profissionais".

Os pescadores iniciavam o processo de aprendizagem na infância, convivendo com os apetrechos de pesca e do mar. Assim, instruíam-se através das brincadeiras. Na adolescência, passavam a fazer pequenas obrigações, como: lavar a canoa, ajudar a colocar a rede no varal e, esporadicamente, participar de alguma pescaria. O conhecimento era herdado do pai ou dos pescadores ligados à família.

¹⁸ Trabalhar de noite pra comer de dia: expressão utilizada pelos pescadores para dizer que o dinheiro proporcionado pela venda do pescado não permitia comprar além de uns poucos alimentos que, junto com o peixe, ajudavam a alimentar sua família.

A forma de divisão da remuneração era feita através do sistema de partes. O dinheiro, obtido com a venda do pescado, era dividido em oito partes iguais. O proprietário da canoa e da rede ficava com duas partes e meia; o mestre ou patrão ficava com uma parte e meia; os outros três tripulantes ficavam com uma parte, cada um; a última parte ia para o vendedor, que recebia uma remuneração, mas não participava diretamente da pescaria, ele esperava a canoa na praia. Quando o dono da embarcação era também o mestre, ele, então, ficava com quatro partes.

A comercialização do produto pescado era feita pelos próprios pescadores, pois não existia ainda a figura do intermediário na localidade, que aparecerá somente mais tarde com o nome de “pombeiro”. A atividade na pesca era feita por todos; todos sabiam fazer todas as atividades, desde confeccionar a rede até a comercialização dos peixes. Depois, como será visto no segundo período de 1960 a 1975, nas embarcações maiores, esse fato não acontecera mais. Cada um passou a exercer uma função que lhe era atribuída.

A comercialização ocorria da seguinte forma: o pescador chegava com a canoa na praia, repassava o pescado para o vendedor que, por sua vez, utilizava o rancho da canoa como ponto de venda. O vendedor dispunha os peixes no chão de areia, independentemente de tamanho e espécie, um ao lado do outro, formando o desenho de um retângulo ou de um quadrado. O peixe não era vendido por unidade e nem por quilo, mas por quantidades; as que estivessem agrupadas na borda do tal quadrado ou retângulo. E, assim, com as bordas vendidas, os peixes eram reorganizados de novo no mesmo desenho; então o vendedor formava novas bordas para serem vendidas. Os compradores eram normalmente lavradores da Serraria e de outras localidades vizinhas, como: Areias, Potecas. Havia outra forma de comercialização que dependia da quantidade de pescado a ser vendido. O vendedor

utilizava um carrinho de mão ou a carroça, e saía a vender o peixe de casa em casa, até chegar às localidades mais próximas: Areias, Potecas, Barreiros, no Município de São José, e Fundos, no Município de Biguaçu. Uma terceira forma de comercialização utilizada era quando a pescaria ultrapassava a quantidade possível de ser comercializada com carroça. O vendedor deslocava-se de canoa até o bairro do Estreito, ou até o Centro de Florianópolis, para comercializar o pescado com comerciantes desses bairros.

Normalmente, o local de pesca utilizado pelos pescadores da Serraria era a Baía Norte. No entanto, em algumas épocas, os pescadores tinham que se deslocar até ao "mar de baixo" (Baía Sul) à procura de melhores pescarias. Às vezes, eles permaneciam na Baía Sul, de segunda a sábado, onde encontravam abrigo entre os pescadores locais (das praias do José Mendes, Coqueiros), ou na Ilha das Vinhas para descansarem. Nas viagens mais longas, geralmente o vendedor de peixe ia junto e ficava no local onde o pescado seria comercializado, no Centro de Florianópolis ou no bairro Estreito.

O senhor Mário José Umbelino, após o aprendizado inicial na pesca, transferiu-se de embarcação, e relata como era a pescaria no "mar de baixo":

Aí peguei a canoa do Santinho, meu cunhado. Ia daqui pra baixo, lá no mar de baixo, pescar lá. Ficava lá no rancho a semana toda. À tardinha, nós saíamos lá pro saco de São José para pescar. Chegava sexta feira de manhã, pegava as coisas lá, as estivas, o paneiro e vínhamos embora. Chegava aqui Sábado de manhã. Remendava a rede, cozinhava a tinta, botava a rede na tinta. Segunda feira, embarcava tudo e ia pra lá de novo. [...] O Darci (um dos camaradas) é que vendia, ali em Coqueiros mesmo. O Darci tinha um carrinho de mão. O Darci pescava e era o vendedor de peixe, porque pra botar um vendedor, pra ficar no rancho, quase ninguém ganhava nada. Era barato. Ai o Darci era o proeiro, fazia o café pra nós, e já ia vender o peixe nas casas.

A espécie pescada de maior relevância era a do "Bagre do Corso", que ocorria entre os meses de novembro a janeiro, quando se envolviam também mulheres e

crianças. Alguém da localidade comprava o Bagre dos pescadores e contratava mulheres e crianças para preparar o peixe, salgá-lo e/ou secá-lo, como relata o pescador Dêga:

Era para cortar a cabeça [...], para estender o bagre [...]. Ficávamos três dias para dar salmoura no bagre, para curtir. E depois de curtir, era obrigado a botar no sol; botava dois dias no sol. E depois parelhava o peixe todo e ficava um mês. E depois chegava um caminhão, vendia pra não sei aonde, ia lá pro nordeste.

E o senhor Mário:

Naquele tempo, nós cortávamos cabeça de bagre. Então, um contava. Ela pagava em cento, por cabeça de bagre. Quando nós contávamos que ela já marcava 100, quando ela saia pra contar em outro lado, nós pegávamos aquela que já estava contada e botávamos no mesmo monte (risos), pra render mais, porque a gente ganhava pouco [...] Era meio perigoso, tinha o esporão do bagre. Eles chegavam com aqueles balaios de bagre, era aquele que mais podia se chegar mais perto, para cortar o esporão. Cortava, botava pro lado, pra depois tirar a cabeça. Era o único jeito de a gente ganhar um dinheirinho.

Esse *pequeno empreendimento* era descontínuo. A pesca realizava-se somente de novembro a janeiro, quando o Bagre entrava nas Baías, para acasalar e desovar. À beira da praia, junto às margens de um pequeno riacho, era onde o processo acontecia. Como não havia instalações para trabalhar, tudo era feito ao ar livre, sendo que o trabalho dependia apenas da habilidade das pessoas envolvidas. O trabalho de salga e secagem do peixe era normalmente desempenhado pelas mulheres. Ocasionalmente eram escalados outros peixes, conforme relata o senhor Mario José Umbelino:

Às vezes, a minha mãe escalava o peixe. Então, tinha aquelas tainhas com ova boa, a tua tia tava ali perto, pra não dar a ova. Aí nós arrumávamos uma vasilha, uma cesta, botávamos um pouco de ova branca em baixo, um pouco de ova boa e um pouco de ova branca em cima. Aí a Sinhá Amélia dizia assim: o que é isso que tu tens aí na cesta? É tudo ova branca, a senhora quer ver; aí levantava a ova. Ela queria era a ova boa, mas no meio sempre tinham 2, 3 pares de ovas boas.

Junto com as espécies de peixe, também capturavam o camarão¹⁹ nas Baías Norte e Sul. A pesca do camarão era feita em canoas a remo, porém com menor porte em relação às utilizadas na pesca de outras espécies. Essas canoas mediam em torno de cinco a seis metros de comprimento e 60 cm de boca (largura), e foram utilizadas devido ao resultado da pesca do camarão, pois o volume pescado ocupava um espaço menor no seu interior. A tarrafa, espécie de rede em forma de funil, era o instrumento usado na pesca do camarão. A tarrafa necessitava de apenas um pescador para lançá-la ao mar. No inverno, capturava-se o camarão “branco ou legítimo” e, no verão, o camarão rosa ou “perereca”.

Nesse período, o controle sobre os pescadores era rígido. Eram obrigados a vincular-se à Colônia de Pescadores²⁰, órgão de representação dos pescadores, onde recebiam um talão para pagamento duma mensalidade. Os pescadores, para exercerem sua profissão, tinham que se dirigir até a Capitania dos Portos²¹, na capital, Florianópolis, para retirar a Caderneta de Pescador, uma espécie de carteira profissional, que possibilitava o exercício da profissão. Anualmente era obrigatório efetuar a renovação da Caderneta de Pescador e do visto²², junto à Capitania dos Portos, que permitia a navegação da canoa, e só poderia ser feita com a mensalidade da Colônia dos Pescadores quitada.

¹⁹ As espécies capturadas eram o camarão rosa (*Penaeus brasiliensis* e *Penaeus paulensis*) e o camarão branco (*Penaeus schmitti*)

²⁰ Colônia de pescadores: entidade criada pela Marinha na década de 1920 para organizar os pescadores. Através das colônias, a Marinha visava adestrar os pescadores numa ética militar, podendo ser utilizados na defesa nacional e, por outro lado, destruir os modos de vida tradicionais, considerados primitivos, visando fomentar a industrialização da pesca no Brasil (Souza, 1985). Lei 3991, de 5 de janeiro de 1920; Decreto 14086, de 3 de março de 1920.

²¹ Capitania dos Portos: órgão federal vinculado ao Ministério da Marinha; criada na época do Império, através da Lei 358, de 14 de agosto de 1845, regulamentada pelo Decreto 447 de 19 de agosto de 1846, com funções de polícia naval, conservação dos portos, inscrição de pessoal marítimo, inspeção e administração de faróis e balizamento (Souza, 1985).

²² Vistoria feita na Capitania dos portos para verificar se a canoa estava apta para pescar.

Foi nesse período que teve início em Serraria o movimento de ruptura na atividade pesqueira devido aos baixos rendimentos financeiros obtidos.

Os pescadores tinham poucas opções, como descreve Seu Pedro, que não pôde se manter como pescador e passou a ser cortador de pedra:

Eu nunca fui pescador profissional, porque não dava pra viver. Então, tive que apelar para outra profissão [...], porque eu estava vendo o exemplo do meu pai e dos outros pescadores que não iam sobreviver só da pesca. Crescia. Nós estávamos crescendo. Formar uma família. Pra viver da pesca não tinha preparo [...]. Eu não podia sobreviver, criar, assumir um compromisso com uma família. E fazer o quê? Comer o quê? [...] tinha pescaria. Pescaria sempre existia, mas o preço dos peixes era pouco [...] não tinha aparelho suficiente pra pescar, porque era pobre.

O cortador de pedras, outra atividade em Serraria, consistia no corte de pedras existentes na localidade. Os cortes ocorriam ora em um local e quando acabava dirigia-se a outro, e, assim, chegavam a outras regiões. A comercialização das pedras acontecia no entorno de Serraria, nos municípios próximos: Biguaçu, São José, Florianópolis. De acordo com o senhor Mário, que também era pescador:

Tinha que sair, porque aqui dentro não dava. Trabalhei com o Quindo. Com o Quindo, eu trabalhei uns 5 anos cortando pedras. Com o Seu Leodório, eu trabalhei uns 5 ou 6 anos. Mas acontece que eles não podiam pagar bem, porque eles, coitados, eram cheios de filhos. O Quindo foi para o DER. Eu fiquei tocando a pedreira ali. Pagavam um pouquinho ali pra mim. Lá, com o Dilmô também. O Dilmô foi pra polícia. Naquele tempo, a polícia pagava pouco. Para apontar as ferramentas, eu quase não era bom. Apontava. Às vezes, não prestava os ponteiros. Às vezes, prestava. Ficava naquela.

Para ganhar um dinheiro extra, o senhor Mario José Umbelino, junto com amigos, tocava em uma banda como panderista:

Nós saíamos pra tocar assim fora. Antes de casar, eu já tocava com ele (Seu Quindo). Depois, eu casei. Eu continuei a tocar toda a vida. Nós tocávamos lá, nas Areias de Cima, nas Areias de Baixo, tocávamos até no Generoso. No Generoso, todo carnaval nós tocávamos lá. Às vezes, nós tocávamos lá nos Ingleses. Assim, na festa de São João, nós tocávamos lá na Prainha, ali perto do Hospital de Caridade. Às vezes, tinha baile aqui, mas era pouco.

Os pescadores, mais e mais, foram sentindo que dar conta da vida através da pesca tornara-se mais difícil. À busca por trabalho em embarcações maiores, e

mesmo em outras atividades não ligadas à pesca, apareceu como alternativa para melhorar a qualidade de vida. Aquele fazer individual não conseguiu mais satisfazer as suas necessidades. Cabe ressaltar que foi esse o motivo que gerou a ruptura, do fazer individual para o coletivo, em que o germe da produção coletiva passou a manifestar-se na localidade de Serraria. Assim, aqueles pescadores que quisessem continuar na pesca, necessariamente, tiveram que sair de Serraria.

Notícias chegavam sobre melhores rendimentos da atividade em embarcações mais modernas, que estavam sendo utilizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Em vista disso e do pouco rendimento propiciado pela forma de pescaria praticada em Serraria, muitos pescadores transferiram-se para esses Estados, a fim de trabalhar nas traineiras ou como camaradas em companhias locais no Estado Rio Grande do Sul.

5.2 SEGUNDO PERÍODO (1960 – 1975): A PESCA EM NOVOS MARES

O segundo período ficou evidenciado pela perda das características individuais e o aparecimento de características universais na organização da vida em Serraria.

As características principais são as seguintes:

- O contato com um instrumental de pesca mais moderno;
- A desvinculação dos agricultores da atividade agrícola em função da urbanização da localidade;
- O aparecimento de empresas maiores;
- O asfaltamento da BR 101;

- A cidade de Florianópolis foi crescendo como Capital do Estado, entre outros.

Observou-se, claramente, que o modo de produção capitalista distinguiu-se em grau mais elevado de desenvolvimento dinâmico e, com isso, influenciou, modificou e determinou a vida em Serraria, moldando os homens à sua lógica. Esses processos, das alterações na organização da localidade e na atividade pesqueira, foram descritos pelos entrevistados, pescadores e moradores de Serraria.

Além da migração dos primeiros pescadores para outros Estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, uma outra modificação importante ocorreu na atividade pesqueira em Serraria, no final da década de 1950 - a introdução de embarcações com motor à gasolina e com dimensões maiores que as canoas até então utilizadas. Nas entrevistas iniciais com os pescadores, não ficou esclarecida a origem do capital para aquisição dessas embarcações. Uma hipótese, seria a renda obtida pelos pescadores que foram trabalhar em barcos de pesca em alto mar.

Nesse momento, os pescadores buscavam sempre ampliar as embarcações. Algumas dessas embarcações chegavam a ultrapassar a dez metros de comprimento e mais de dois metros de largura. Eram chamadas de *baleeiras* (embarcação que antes era utilizada na captura da baleia e que foram adaptadas para outras formas de pescaria, como: sardinha, corvina, bagre e camarão). As canoas, tanto as maiores quanto as menores, foram substituídas pelas baleeiras, quase que totalmente.

Com os motores à gasolina e embarcações maiores, foi possível obter maior mobilidade e maior capacidade de carga, conforme comenta Seu Álvaro, que trabalhava como camarada em uma baleeira, e que, depois, adquiriu uma embarcação própria, passando a ser dono:

Eu trabalhava com uma lancha pequena. Aí ele (o dono da lancha) disse que não estava bom. Então, mandou fazer uma maior; então eu me associei com o Galego. O Galego mandou fazer outra também. Nós mandamos fazer lá no Anastácio. Ele fez pra nós uma lancha grande. Então, cada um deu de trabalhar na sua.

Os pescadores de Serraria, então, puderam deslocar-se para além das dimensões das Baías Norte e Sul. Chegaram a locais de pesca próximos à Armação da Piedade e Ganchos, no município de Governador Celso Ramos, de Ponta das Canas e Ingleses, no município de Florianópolis, e da Ilha do Arvoredo.

As redes, que antes eram confeccionadas com linha de algodão, passaram a serem feitas com nylon. Elas proporcionaram melhorias na qualidade e desempenho das pescarias. No início, as redes de nylon apresentaram problemas, pois era necessário desmalhar²³ a sardinha individualmente, o que demandava muito tempo. Segundo o depoimento do Senhor Idelbrando Eloi Damásio, 75 anos: "Tirava tudo a dedo, rapaz. Carregava uma lancha tirada a dedo da malha". Devido às dificuldades para desmalhar a sardinha, foi feita uma rede mista; metade da rede era de emalhar²⁴ e a outra metade de traineira²⁵. As redes foram sendo aperfeiçoadas. E, aproximadamente no início da década de 1970, todas as redes já tinham a característica de traineira, e eram usadas na pesca da sardinha e do bagre. Para a pesca da corvina, empregavam a rede de emalhar, cujo deslocamento era feito com o movimento das marés. Os pescadores acompanhavam as redes com os barcos e, periodicamente, recolhiam-nas para retirar o peixe; depois, colocavam-nas novamente na água. Esse processo ocorria várias vezes ao dia, pois dependiam da intensidade da maré e da quantidade de pescado capturado; quanto mais peixe, mais vezes a rede retornava para a água.

²³ Desmalhar: Retirar o peixe preso à malha da rede.

²⁴ Rede de emalhar: neste tipo de rede, o peixe é capturado ao ficar preso à malha.

²⁵ Traineira: também conhecida como traina, rede de cerco que, ao ser fechada, concentra o peixe num grande saco. Esta rede foi trazida para o Brasil por imigrantes espanhóis no início do século XX.

As pescarias, agora mais seletivas, foram direcionadas as três espécies que propiciavam melhores rendimentos: sardinha, corvina e bagre, conseqüência da utilização dum instrumental mais aperfeiçoado de trabalho.

Segundo o Senhor Dêga, nas baleeiras, a tripulação passou a ser composta por cinco pescadores; o patrão e mais quatro camaradas. Apesar de não precisarem mais remar, foi necessário aumentar o número de camaradas, uma vez que o tamanho das redes havia aumentado, como também a quantidade de pescado capturado.

As atribuições do pescador profissional eram: remendar a rede, trabalhar com os diferentes instrumentos de pesca e ter conhecimento empírico dos pesqueiros; conhecimentos que continuavam sendo essenciais. Porém, esses instrumentos deixaram de ser confeccionados pelos pescadores, bem como a malha da rede. A mudança ocorreu por causa da introdução dos novos instrumentos de trabalho, como a baleeira, o nylon e o motor à gasolina.

O sistema de remuneração dos pescadores continuou sendo por “partes”, porém com modificações, pois houve o aumento do número de camaradas para cinco. A divisão da renda, obtida com a venda do pescado, passou a ser feita em dez partes; quatro partes e meia para o dono da lancha (baleeira); uma parte e meia para o patrão e uma parte para cada camarada. Assim, desaparece a figura do vendedor. Entretanto, na divisão da renda, passaram a incluir as despesas de combustível do motor e alimentação, descontadas antes de se fazer à divisão das partes.

O sistema de comércio do pescado através de vendedores começou a sofrer modificações a partir de então. O carroceiro deixou de ser membro da tripulação, e passou a ser o comprador do pescado. No auge desse sistema de comércio, havia

entre 30 e 40 carroças que esperavam diariamente pelas lanchas (baleeiras), a fim de comprar o pescado e revender de casa em casa nas localidades vizinhas. Quando os carroceiros já haviam comprado o suficiente para carregar suas carroças, os pescadores tinham que vender o pescado restante para os comerciantes do Bairro Estreito e Centro de Florianópolis. De acordo com Seu Dêga:

Numa época, nós vendíamos só de carroça aqui, porque as carroças estavam esperando [...] Quando o peixe era demais e sobrava, eles deixavam de comprar (os carroceiros), porque ia aluindo²⁶. Então, nós vendíamos já pro Estreito. Vendíamos pra farinha, pra fábrica de farinha, porque era demais o peixe.

Outra forma de comércio utilizada no período de safra da sardinha era aquela feita com um grande comerciante de pescado. Na entrevista com Senhor Dêga, não ficou esclarecido em que época e circunstâncias a sardinha era comercializada com o carroceiro ou com o grande comerciante, como se observa neste depoimento:

O cara que comprava a sardinha, disse: eu vou pagar a sardinha pra vocês venderem pra onde quiserem, porque não tenho aonde vender sardinha. Então, algum jogava fora, no mar [...]. Não matava mais porque não queria, não tinha onde vender.

A partir de então, nota-se a presença de uma nova figura, que antes era ocasional em Serraria, o chamado “pombeiro”, homem que vivia exclusivamente do comércio de pescado. Comprava dos pescadores e vendia para o mercado. (Centro e Estreito em Florianópolis e Ganchos em Governador Celso Ramos).

O sistema de salga do bagre permaneceu e ampliou em virtude do aumento no tamanho das embarcações, da melhoria na qualidade das redes e o conseqüente crescimento da quantidade de peixe capturada. Todavia, não foi modificada à forma de preparar o bagre, ou seja, salgar e secar. Esse tipo de empreendimento permaneceu imutável até meados da década de 1970, quando a captura do bagre

²⁶ Aluindo: significa para os pescadores deteriorando. Os pescadores tinham que vender o pescado logo após a captura, pois não tinham como conservar.

sofreu uma queda brusca, o que provocou o desaparecimento completo do processo de salga.

Durante toda a década de 1960 e início dos anos 1970, mesmo com as melhorias nas embarcações e nas redes de pesca, continuou a ocorrer à migração de pescadores da Serraria para o Município de Santos, no Estado de São Paulo, principalmente para trabalhar na pesca do camarão. Esse evento pôde ser constatado no relato do Seu Dêga,

É porque tinha uma pesca de camarão que dava dinheiro em Santos. Aí todo mundo foi. Só ficava o que não tinha condições de pegar um barco de pesca. Mas quem tinha condições, eles iam todos pra fora. Só ficavam poucas embarcações trabalhando aqui; eles trabalhavam lá 2, 3, 4, 5 anos [...]. Ficava um mês trabalhando, ganhavam 200, 300 contos. E aqui a gente ganhava 10, 12 contos.

A saída de pescadores também foi relatada pelo senhor Mário José Umbelino:

Fui para Santos. Trabalhei lá, em Santos, uns 4 meses, no barco de pesca. Aí ganhei 40 contos e 100. Vim para casa comprei um terno, seis contos. Comprei um rádio portátil, duas calças, camisa. Vim aqui, fiz o casamento. Comprei bebida; sobraram sete contos e 100. Ainda, paguei dois contos e pouco para o João e o Domingos (pescadores que já trabalhavam em Santos) que me emprestaram pra ir pra Santos.

Essa tese foi reforçada pelo depoimento de Seu Debrando:

Eu casei com 28 anos. Aí eu tinha 400 mil réis. Aí quando fez 4 meses de casado e fui fazer a casa. O dinheiro não deu, e disse pra mulher: eu vou embora. Ela disse: mas nós casamos faz quatro meses!

No entanto, as condições de trabalho nos barcos de pesca eram precárias. De acordo com o relato do senhor Mario:

Já pensasse um barco de pesca, para dormir 14 pessoas na proa de um barco? Aí, eu de noite, eu dormia e chegava de manhã cedo, eu levantava todo molhado, porque o barco fazia água pela proa.

A Colônia de Pescadores, influente na década de 1940, foi extinta na segunda metade dos anos 1950. A colônia voltou a ser formada, no início dos anos 1960, por iniciativa do Seu Pedro Meira, filho de pescador, e permaneceu ativa por apenas

cinco anos. A partir de 1965, a Colônia de Pescadores deixou de existir na localidade. Em razão disso, muitos pescadores só retiravam a carteira profissional, quando iam trabalhar em empresas de pesca.

Na Serraria, os pescadores, que saíssem para pescar com as baleeiras fora dos limites das Baías Norte e Sul, passaram a disputar os lugares de pesca com os barcos pesqueiros de centros maiores. Tais barcos vinham de Itajaí e Governador Celso Ramos, em Santa Catarina ou, até mesmo, de Santos, em São Paulo, onde a atividade era de caráter empresarial.

A luta dos pescadores de Serraria, que concorriam com os barcos de pesca, pôde ser observada no relato Seu Dêga: "Nós pescávamos no escuro, porque se a gente pescasse e dissesse pra eles onde é que pesca, batia as traineiras, batia as lanchas todas, acabava numa noite". Esses eventos ocorreram em toda atividade pesqueira, assim como na localidade de Serraria.

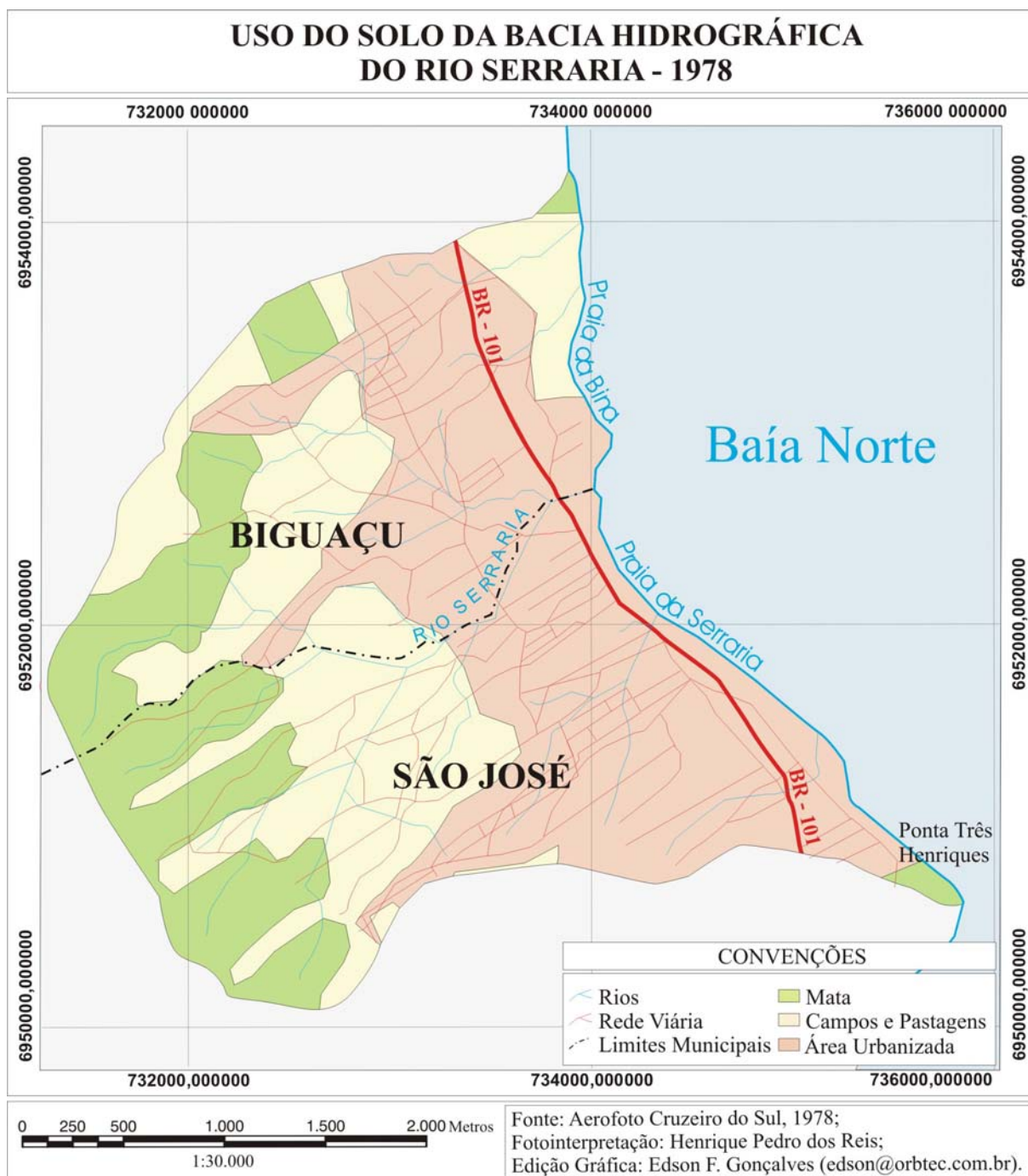
Segundo D. Ruth, os registros das primeiras mudanças iniciaram com a instalação de energia elétrica em sua casa, em 1962. Não existiam ruas "O Dino aceitou ele botar por dentro do terreno dele. Primeiro eu comprei a geladeira em 1970. Em 1971, acabei de pagar. Ai eu comprei a televisão".

O Senhor Pedro dos Reis relata o início das mudanças:

As coisas começaram a mudar quando eu tinha uns 20 anos. Os caminhos começaram a serem alargados. Daí é que apareceram as ruas. Chegou à eletricidade, mas só aqui embaixo (o entrevistado reside na faixa de terra entre a BR 101 e a praia). Lá pra cima, só foi depois. Foram sendo feitas umas casinhas melhores.

No mapa de uso do solo de 1978 (ver pág. 76), verifica-se as mudanças que os entrevistados estão a se referir: o asfaltamento da rodovia BR 101 no início da década de 1970; o surgimento das primeiras ruas transversais à rodovia BR 101; ou seja, mudanças na forma de ocupação solo.

MAPA N° 05 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-1978



Surgiram as primeiras indústrias, o parcelamento do solo para a construção residencial e o aumento de vegetação arbórea nas encostas das elevações. O mapa revela também a diminuição da área utilizada para a agricultura. Percebe-se o início da urbanização em áreas antes ocupadas por pescadores, lavradores e carroceiros.

Essas mudanças são as mesmas que estavam ocorrendo na Microrregião de Florianópolis, e litoral de Santa Catarina como um todo, visto estar à localidade de Serraria distante pouco mais de 10 km de Florianópolis. A capital vinha tendo significativa expansão urbana, desde a década de 1960, quando foram criados alguns órgãos públicos, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), o Departamento Nacional de Estrada e Rodagem (DNER) e o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER).

Os Municípios de São José e de Biguaçu passaram a receber unidades industriais e comerciais, além de grande parte da população que chegava para trabalhar na região, principalmente por encontrar áreas pouco valorizadas do ponto de vista imobiliário. Assim, modificações foram sendo operadas na estrutura comercial e de serviços da microrregião, na qual exigiram a ampliação e a criação de novas unidades empresariais nas mais variadas áreas.

Por fim, o asfaltamento da rodovia BR 101, rodovia federal que atravessa o território brasileiro na direção N - S pelo litoral, desde a Região Nordeste até o extremo Sul, e as campanhas de divulgação de Florianópolis, como centro turístico, no início da década de 1970, foram os principais fatores que estimularam as modificações na estrutura regional, onde está situada à localidade de Serraria.

5.3 TERCEIRO PERÍODO (1975 – 1990): A ESPECIALIZAÇÃO DA PESCA NA CAPTURA DO CAMARÃO

No início dos anos 1970, dois fatos deram início às novas mudanças na atividade pesqueira na localidade de Serraria. Primeiro, o excesso da produção de sardinha, que não encontrou mais mercado para ser comercializada. Segundo, nos anos seguintes, a queda brusca na captura desse pescado.

Por consequência, os carroceiros, que dependiam diretamente da atividade pesqueira, pela falta de produto a ser comercializado, começaram também a desaparecer.

Segundo o relato de Seu Dêga:

A sardinha foi escasseando também [...]. Depois, não pegava todo dia. Lá uma semana pegava num ou dois dias. Eles não sabiam qual era o dia que a gente vinha, porque quando tinha mesmo, que eles encomendavam, que a gente tinha bastante sardinha, eles ficavam nos esperando aqui.

Outro pescador, Seu José Zilto Damásio, 53 anos, justifica o fim da pesca da sardinha e da corvina:

Acabou porque ninguém quis ir mais. Aí começaram os arrastos aqui. O arrasto de camarão e o caceio davam mais e não dava tanto trabalho; menos serviço [...]. Lá fora, o preço já não compensava. Na época, era barato o peixe. Ganhava pouco.

Seu Álvaro comenta que "todo mundo queria o arrasto. Claro, vai deixar de ganhar vinte pra ganhar dez, não é possível".

No início dos anos 1970, a pesca voltou-se, quase que exclusivamente, para a captura do camarão, que ocorreu de duas formas: com rede de caceio e com rede de arrasto.

5.3.1 A pesca de camarão com rede de caceio

Também conhecida como rede de espera ou à deriva. É uma rede que mede cerca de 600 metros de comprimento por seis metros de altura. Colocada de forma perpendicular em direção à maré, fica na água por volta de uma hora. Após esse período, ela é retirada, o camarão coletado, junto com a fauna acompanhante, siri e peixes, que ali foram capturados.

Na década de 1970, quando iniciaram a pesca do camarão com rede de caceio, operavam com baleeiras. As embarcações eram menores que as utilizadas no período precedente, quando capturavam o bagre, a corvina e a sardinha, já que as redes e os volumes pescados de camarão eram menores.

As baleeiras eram equipadas com motor à gasolina. A partir da segunda metade da década de 1970, foram equipadas com motor a diesel. Essa foi uma mudança significativa para a pesca, visto que os motores à gasolina apresentavam constantes problemas mecânicos. Em consequência, o motor a diesel reduziu a despesa com combustível.

A partir dos anos de 1980, foi introduzida a bateira²⁷ na pesca do camarão de caceio. A bateira apresentou-se como mais adequada para esse tipo de pescaria. Por esse motivo, as baleeiras foram desaparecendo.

Quando faziam uso da baleeira, a tripulação era composta por três tripulantes: o patrão e dois camaradas. Quando foi introduzida a bateira, era possível pescar com apenas dois tripulantes, o patrão e um camarada.

²⁷ Embarcação de fundo chato, com quilha e motor de centro.

Na pescaria com rede de caceio, continuou sendo essencial o domínio dos segredos do mar, que era adquirido com a experiência e com os antepassados, ou seja, saber fazer uma boa rede e saber os lugares de pesca mais produtivos. Também foi introduzido um tipo de malha de rede que capturava apenas o camarão adulto.

A remuneração permaneceu pelo sistema de partes. A repartição era feita após a venda do camarão, descontadas as despesas com combustível e a alimentação; e a divisão das partes, da seguinte forma: para o dono dos meios de produção (baleeira e rede), duas partes; duas partes para o patrão e, para cada camarada, uma parte e meia. Quando o dono da embarcação (normalmente o patrão) participava da pesca, ficava com quatro partes. Com a mudança para a bateira, o número de tripulantes diminuiu para apenas dois tripulantes, e a divisão feita em três partes: uma parte para o dono da embarcação e uma parte para cada camarada.

Toda a produção do pescado passou a ser comercializada pelo pombeiro.

O lugar de pesca, gradativamente, foi direcionado à Baía Norte e, muito esporadicamente, à Baía Sul.

O maior problema enfrentado pelos pescadores era o estado do tempo possível para a pescaria ser realizada, já que era uma rede de espera, que dependia da força da maré. Quando a lua estava no período de quarto minguante ou crescente, ou seja, "maré de quarto", a atividade não podia ser cumprida, pois a "maré fica fraca" e a rede não capturava o camarão. Assim, o pescador ficava oito dias pescando e oito dias parado. No período em que não podiam pescar, os pescadores remendavam as redes, pois o desgaste era alto, e os pescadores não gostavam de fazê-lo. Além disso, a pescaria era realizada somente de maio a outubro, o que deixava os

pescadores praticamente parados no verão. Por esses motivos, essa forma de pescaria sofreu repulsa da maioria dos pescadores.

5.3.2 A pesca de camarão com rede de arrasto

A pesca com rede de arrasto consiste num sistema em que uma embarcação traciona uma rede em forma de funil, que arrastada no fundo da Baía captura os camarões.

A pescaria de arrastão já era praticada esporadicamente no início da década de 1960. No entanto, os pescadores não se dedicavam integralmente a ela, porque os rendimentos obtidos com a pesca da sardinha, corvina e bagre eram melhores.

Como relata Seu Dêga:

Eu ia procurar bagre, deixava o camarão [...] Arrastava mais; arrastava lá fora, lá no Ratores, não era aqui dentro [...]. O camarão, na época, não tinha valor [...]. A gente dizia: vão lá dar dois lances [...]. Não pescávamos de noite. Era só de dia a pesca do camarão. Nós saíamos lá pelas 4 horas da manhã; chegava era meio dia.

No início da pescaria de camarão com rede de arrasto, eram utilizados as baleeiras com motor à gasolina. Em meados da década de 1970, passaram a utilizar bateiras com oito metros de comprimento e motor a diesel de 8 hp. Os pescadores consideravam essas embarcações mais apropriadas à atividade. O motor a diesel baixou consideravelmente a despesa com combustível, principal insumo dessa atividade.

Na pescaria com rede de arrasto, o pescador sentiu-se "independente", já que podia fazê-lo individualmente, sem ter um horário fixo para sair e para voltar. E como o pescador era o dono dos meios de produção, ele ficava com toda a renda obtida

na comercialização do camarão, cuja venda era feita ao pombeiro. Quando o pescador não era o dono da embarcação, a renda, obtida com a comercialização do produto, era dividida igualmente entre ele e o proprietário dos meios de produção, depois de descontada a despesa com o combustível gasto na pescaria.

Perdeu relevância o conhecimento exato dos locais de pesca e a experiência acumulada. Aconteceram casos em que "pescadores novos" aprenderam apenas a soltar a rede na água, ligar o motor e seguir os pescadores mais experientes. Tornou-se desnecessário saber remendar, pois as redes quase não sofriam desgaste, já que eram confeccionadas com uma linha mais resistente e o fundo da Baía, muito lodoso, não apresentava demasiado atrito com elas. Além disso, as redes podiam ser adquiridas já confeccionadas.

O lugar de pesca era a Baía Norte. Eventualmente os pescadores da Serraria e da Praia João Rosa (Município de Biguaçu) deslocavam-se até a Baía Sul à procura de melhores pescarias. Isso ocasionou conflitos com os pescadores do Ribeirão da Ilha (Florianópolis) e do Aririu (Palhoça), que utilizavam outro tipo de apetrecho de pesca, a tarrafa, para a captura do camarão. Eles consideravam o arrasto uma forma de pesca nociva ao meio ambiente marinho. Os conflitos entre pescadores ocorreram em várias ocasiões e muitos pescadores saíram feridos. Em certa circunstância, um pescador da Praia João Rosa foi baleado e morto por um pescador da Baía Sul.

A rede de arrasto aprisiona espécies adultas e jovens, tanto de camarão, quanto de peixes que estiverem no caminho. Por isso, os órgãos de fiscalização consideram esse tipo de pesca como predatória.

A SUDEPE (Superintendência do desenvolvimento da Pesca), através da Portaria nº N-51, de 26 de outubro de 1983, proibiu a pesca de arrasto, de qualquer

modalidade, em Baías (incluem-se as Baías Norte e Sul), lagoas costeiras, canais e desembocaduras de rio em Santa Catarina. Apesar de proibida, essa modalidade de pesca continua a ser realizada, pois os pescadores conseguem "driblar" a fiscalização.

Com a intensificação das mudanças na pescaria e na busca de permanecer nela, paralelamente, começou a ocorrer à escassez das espécies, principalmente pelo uso intensivo de instrumental inapropriado à pesca nas Baías Norte e Sul.

Essas alterações fizeram os pescadores, cada vez mais, procurarem outras atividades para se manter. Tornaram-se carpinteiros, pedreiros, vigias. As novas atividades, por não prescindirem de escolaridade ou uma qualificação mais aprimorada, provocaram a inserção nelas dos antigos pescadores e agricultores.

Em Serraria, desapareceram as pequenas hortas nos quintais dos pescadores e as atividades agrícolas praticamente foram extintas. Novas ruas foram abertas e todas passaram a receber iluminação pública, em vista da expansão urbana.

Assim, a Serraria transformou-se em bairro conurbado da cidade de São José, e finalmente incorporou-se à região metropolitana da Grande Florianópolis.

5.4 QUARTO PERÍODO (1990 – ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI): A INTRODUÇÃO DO MAQUINISMO NA PESCA DE SERRARIA

No início dos anos 1990, mesmo com a pesca de camarão de arrasto proibida, pessoas, que nunca tiveram relação com ela, adquiriram embarcações de maior porte, em torno de onze metros de comprimento e motores mais potentes, chegando a 24 hp (em casos excepcionais, com até 75 hp), e colocaram para desenvolver a

atividade, aproveitando o pescador que estava na praia sem embarcação para trabalhar²⁸.

O aumento no tamanho da embarcação e na potência do motor permitiu pescar com duas redes de arrasto, com isso ampliou o poder de captura. As embarcações, chamadas de *trangones*, eram equipadas com rádio amador, guincho para soltar e recolher a rede e motor de arranque. Dessa maneira, definitivamente, o maquinismo foi incorporado à pesca em Serraria. Assim, com a utilização dos *trangones*, na pesca de arrasto, quase todas as bateiras deixaram de ser utilizadas nessa modalidade de pesca. Segundo o Seu Nelson Adelino de Souza:

O pescador que é pescador e vive da pesca, ele não tem condições de comprar uma embarcação pra trabalhar. Muito poucos, no meio de vinte pescadores, podem ter. Uns 4 ou 5 só que podem comprar uma bateira pra ele poder trabalhar. Então, aí vem esse pessoal de fora, que não são pescadores, mas chegam, têm dinheiro, e compram, e botam o cara pra trabalhar.

E de acordo com Seu Zilto:

Ta cheio de polícia que compra e bota os outros pra trabalhar [...]. O pescador pequeno que vivia com uma embarcação pequena, hoje não dá. Eles acabam com tudo (os *trangones*). Aí a polícia (polícia ambiental) ainda bate, ta sempre em cima.

A pesca com a rede de caceio continuou sendo realizada da mesma forma, conforme descrito no período precedente.

O processo de ocupação do solo prosseguiu com intensidade, o que fez surgir conjuntos habitacionais, construídos com recursos públicos, para população de baixa renda.

O eixo viário principal é a rodovia BR 101, duplicada ao final da década de 1990, que corta a localidade no sentido N-S. A maioria das ruas está disposta

²⁸ A fiscalização, para coibir a pesca com rede de arrasto nas baías, intensificou-se com a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605), de 12 de agosto de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999. Esta lei dispõe sobre sanções penais e administrativas decorridas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

perpendicularmente a essa rodovia. Essa forma de ordenamento das ruas teve início, seguindo a lógica do habitat rural açoriano, quando os antigos caminhos começaram a ser alargados e os terrenos loteados.

A dinâmica atual da Serraria está totalmente voltada para as atividades urbanas. Os residentes são pessoas que trabalham no comércio e na indústria da região da Grande Florianópolis. As casas, a maioria de alvenaria, possuem de um a dois pavimentos, no máximo. A partir dos anos 1990, foram construídos prédios com até quatro pavimentos. Não existem mais áreas rurais, ficando a localidade caracterizada como área residencial, apesar de existirem algumas pequenas indústrias, principalmente ao longo da rodovia BR 101, e alguns estabelecimentos comerciais, como: armazéns, bares, restaurantes, postos de gasolina, farmácias, conforme mapa de uso do solo de 2002 (ver pág. 86).



Foto 03 – Vista Geral da Serraria – Ao fundo Baía Norte.

MAPA N° 06 – Uso do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Serraria-2002



A parte banhada pelo mar, que antes era ocupada principalmente por ranchos de embarcações, por residências de pescadores até a década de 1980, e todo espaço da praia que podia ser usado para fazer e consertar redes, e puxar as embarcações, desse período em diante, passou a ser ocupada também por residências, estabelecimentos comerciais e industriais.



Foto 04 – Orla Marítima totalmente urbanizada.

Existe hoje, situados dentro dessa realidade, aproximadamente 50 pescadores que ainda fazem da pesca sua forma de produção da vida. No entanto, esses homens, pescadores de Serraria, já não conseguem mais sobreviver exclusivamente da pesca, embora alguns, por falta de alternativa, ainda o fazem de forma cada vez mais precária, e, provavelmente, serão extintos com o passar dos anos. Os últimos sinais de uma vida vinculada à pesca estão por apagar-se.

Aquelas antigas casas dos pescadores não existem mais, senão na memória das pessoas mais antigas da localidade. Assim, muitos pescadores, que antes

moravam próximos à praia, foram deslocados, passando a morar afastados do mar em terrenos de menor valor. Hoje, os poucos pescadores vivem em casas simples de madeira ou em pequenas casas de alvenaria.

Na atualidade, outras problemáticas fazem parte do cotidiano da localidade. A égide do capital ao descartar o homem tornou-o desnecessário à produção, permitindo que ele ficasse à margem da intensa competição capitalista. Muitos são os bêbados, maltrapilhos, que percorrem as ruas da localidade. Nela, também se faz presente outra forma de degeneração humana: o tráfico, o consumo de drogas e a prostituição.

Assim, a Serraria, embora com suas especificidades, está vinculada ao universal, enquanto expressão do modo de produção capitalista.

Quadro 3 - Resumo dos diferentes períodos da organização da produção na pesca na localidade de Serraria:

Período	Até início de 1960	1960 a 1975	1970 a 1990	1990 a 2001
Variáveis				
Tipo de embarcação	Canoa	Baleeira	Baleeira e bateira	Bateira e trangones
Propulsão das embarcações	Remo e/ou vela	Motor à gasolina	Motor a diesel	Motor a diesel
Instrumentos para captura	Rede, espinhel e tarrafa	Rede de caceio de corvina e traineiras	Rede de caceio e rede de arrasto	Rede de caceio e trangones
Tipos de Espécies capturadas	Aleatório: o que estivesse disponível	Seletivo: bagre, sardinha e corvina	Seletivo: camarão	Seletivo: camarão
Número de tripulantes	Canoas maiores-4 Canoas menores-1 ou 2	Baleeiras-5	Baleeiras-3 Bateiras- 1 ou 2	Bateiras e trangones- 1 ou 2
Conhecimento da profissão	Essencial	Essencial	Caceio: essencial Arrasto: quase desnecessária	Caceio: essencial Arrasto: quase desnecessária
Formas de remuneração	Sistema de partes sobre valor da pescaria	Sistema de partes sobre valor da pescaria	Sistema de partes sobre valor da pescaria	Sistema de partes sobre valor da pescaria
Destino da produção	Comércio: vendedor do peixe na vizinhança	Comércio: carroceiro e centros maiores	Comércio: pombeiro	Comércio: pombeiro
Lugar de pesca	Baía norte e Sul	Áreas costeiras, Baías Norte e Sul	Baía Norte	Baía Norte
Trabalho das mulheres	Limpeza e salga do pescado	Limpeza e salga do pescado	Só o homem pesca- venda in-natura	Só o homem pesca- venda in-natura
Influência do Estado	Colônia de pescadores	Colônia de pescadores, entre 1960-65	Fiscalização: pesca predatória	Fiscalização: pesca predatória

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender a Serraria do início do século XX e as mudanças ocorridas na área em estudo, é necessário entender o processo de formação do modo capitalista de produção e, assim, "compreender como cada lugar, região, nação e mundo são escalas do processo da produção da vida social e a destruição da produção da vida individual" (AUED, 2001:20).

Para isso, deve-se situar em que momento Serraria correspondeu dentro do modo capitalista de produção. "Isto se obtém pela definição do tamanho da empresa, de suas ramificações e conexões com a classe trabalhadora, com a classe capitalista, na escala local, regional, nacional e mundial". (AUED, 2001:17)

Nas décadas iniciais do século XX, em Serraria, encontravam-se homens que trabalhavam individualmente, de forma isolada e dispersa na pesca e na agricultura de subsistência, imersos sob o modo de produção capitalista, visto ser o território brasileiro uma expansão desse modo de produção, engendrado no território europeu. Explica-se que as relações sociais e econômicas do modo de produção capitalista foram trazidas ao Brasil por homens europeus que aqui aportaram a fim de buscar novas formas de sobrevivência e também explorar as riquezas naturais.

Em Serraria, portanto, no período estudado, já estava posto, embora de forma precária, o modo de produção capitalista. Este seguia uma dinâmica presa ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas existentes no local. Serraria, sem dúvida, configurou-se como dentro desta realidade. Ou seja, os homens produziam para o próprio consumo, comercializavam o excedente e compravam o que não produziam. Essa forma de produção indicava um baixo grau de desenvolvimento das

forças produtivas. Dentro da escala do processo de produção da vida, assemelhava-se à relação pré-capitalista de produção, embora desta se distinguisse. No entanto, ressalta-se que é uma expressão apenas de forma e não de conteúdo; explica-se: caso em Serraria existissem homens com volume de capital suficiente para tornarem-se capitalistas, toda a pequena produção dispersa seria centralizada. Por consequência, os trabalhadores assalariados de pequenas embarcações tornar-se-iam assalariados numa grande embarcação.

O momento de ruptura ocorreu quando os homens da Serraria desvincularam-se da pequena produção dispersa e individual. A especificidade da Serraria era a de homens que produziam com canoas a remo e/ou à vela, que pescavam em pequenos grupos, em ambientes restritos (Baías Norte e Sul), e que naquele momento refletia um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Como a comercialização do pequeno excedente, quando havia, não conseguia dar conta da produção da vida aos pescadores, isso acabou por vinculá-los a uma forma superior de produção, no caso os barcos de pesca, em que a produção da vida se dava de forma coletiva. Segundo Aued, (2001, p. 8):

As pequenas produções artesanais e camponesas sucumbem diante da maior eficiência na produção da riqueza (redução do tempo de trabalho). O trabalhador individual, isolado e disperso, dá lugar ao trabalhador social médio, advindo da cooperação (união) de muitos trabalhadores.

O contato com essa forma superior de produção da vida trouxe mudanças significativas para a forma de produzir em Serraria. Pouco a pouco, os pescadores, que saíram da pesca local e que passaram a serem proletários em barcos de pesca, modificaram aquela forma de pescar da localidade, seja pelas novas técnicas de pesca, aprendidas e trazidas, seja pela introdução de novos instrumentos de pesca.

Apesar da assimilação dos novos elementos, como as baleeiras motorizadas que alcançavam novos locais de pesca e as novas redes que aumentavam o poder de captura, os pescadores de Serraria não conseguiram competir com essa forma superior de produção da vida que, a partir do final da década de 1960, alcançaram um grau ainda maior - as empresas de pesca.

Na medida em que o modo de produção capitalista avançava nas relações sociais, as características desse modelo econômico espraiaram-se pelo local. As evidências mais destacadas foram: a instalação da energia elétrica, o crescente número de instituições e órgãos públicos que foram se estabelecendo na Capital, Florianópolis, o asfaltamento da Rodovia BR-101, entre outros.

Considerando a descrição dos moradores mais antigos sobre a vida cotidiana e como se processavam as alterações na localidade, observou-se que foi a partir do que havia de mais avançado no modo de produção capitalista, nos anos 1960, que aconteceu à expansão do processo coletivo de produção da vida.

Com o aumento da eficiência das empresas de pesca, surgiram novos elementos em Serraria que contribuíram para a desagregação da economia voltada à pesca e à agricultura. A agricultura e o cultivo do solo cederam lugar às construções diversas. A pesca, embora ainda existente no local, perdeu sua importância, em vista de outra dinâmica que foi inserida no local, notadamente o desenvolvimento urbano de Florianópolis que passou a influenciar as áreas circunvizinhas.

Dessa maneira, o fazer individual preso a um fazer local, agregado ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, foi consumido e substituído por um grau mais elevado das forças produtivas - o fazer social, coletivo, sob o modo de produção do capital. Segundo Aued, (2001, p. 9 –10):

Os lugares podem ser compreendidos como tempos distintos da exploração sobre a classe trabalhadora pela classe capitalista. Os espaços econômicos se distinguem de conformidade com a escala em que se manifesta cada uma das duas formas sociais de relação entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados pela ampliação ou intensificação do trabalho. Cada lugar é um momento, sempre transitório, que se amplia ou se reduz ou modifica a relação capitalista como produtora e reprodutora de mais-valia.

Durante a década de 1970, os pescadores da Serraria incorporaram novas técnicas e instrumentos, e especializaram-se na captura do camarão com redes de arrastão e de caceio. No entanto, essa especificidade sucumbiu diante da maior eficiência do fazer coletivo, que se espalhou com mais intensidade na área em estudo.

Observa-se que, hoje, o cotidiano de Serraria está completamente inserido na dinâmica do modo de produção capitalista globalizado. A agricultura desapareceu por completo e, na pesca, alguns poucos pescadores ainda subsistem precariamente. Outros passaram a exercer diferentes atividades que, aos poucos, foram inseridas no processo de urbanização da localidade. Outros, ainda, fizeram-se desnecessários à acumulação do capital.

O fazer da localidade de Serraria nada mais tem de forma individual da produção da vida, está subsumida pela forma universal do capital. A localidade expressa em todos os seus cantos, no seu mar, nas suas ruas, nas suas empresas, nos seus homens excluídos, o modo de produção capitalista. Serraria, embora uma especificidade, reflete nela a universalidade desse modo de produção em cada tempo de sua constituição.

Assim, Serraria, junto com o resto do País, aos poucos incorporou outra dinâmica, universal e coletiva, na forma de produção da vida. E os homens adequaram-se a ela. E o espaço foi sendo modificado, na medida em que se elevou o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Atualmente, Serraria tem cerca de 15 mil habitantes. Na localidade, circulam não só descendentes de portugueses, mas toda uma gama de migrantes, vindos das mais variadas regiões do país. Suas ruas são ocupadas por professores, médicos, farmacêuticos, representantes comerciais, funcionários públicos, donos de empresas, aposentados, prostitutas, pescadores, entre outros.

A organização do espaço na localidade, hoje, também reflete a incorporação do modelo de produção da vida coletiva, universal. Possui pequenos mercados que comercializam produtos diversos. Há nela postos de gasolina, farmácias, lojas de roupas, pequenos comércios ambulantes, algumas indústrias dos mais variados portes. As construções são as mais diversas, desde casebres e conjuntos habitacionais para a população de baixa renda até conjunto de apartamentos com quatro andares. As casas são em sua grande maioria de concreto. Algumas menores, outras com mais de 300m². Não se encontram nas construções as marcas da história da localidade. Somente em casebres de barcos, já muitos reformados, é que se pode atestar o anterior modo de embarcar ao mar.

Há, ainda, alguns desses antigos pescadores e seus filhos que contam suas histórias. Ou alguns admiradores da pesca que o fazem à “moda antiga”, com pequenos barcos, redes parcas, e muita boa vontade.

O mar não mais oferece a abundância de pesca que uma vez existiu.

BIBLIOGRAFIA

ANAIS DO III ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR. **Pesca Artesanal: tradição e modernidade**. São Paulo: PPCAUB/IOUSP, 1989.

ÂNGELO, Sueli. Picinguaba: Três décadas numa vila de pescadores do litoral Norte do Estado de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 69. São Paulo: AGB/SP, 1991, p. 61/78.

AUED, Idaeto Malvezzi. **Marxismo e Geografia**, 2001.

BECK, Anamaria. **Lavradores e Pescadores – um estudo sobre o trabalho familiar e acessório**. Tese para Concurso de Professor Titular da Sociedade., Florianópolis: UFSC, 1979.

BERNARDES, Lysia M.C.M. & BERNARDES, Nilo. **A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Geografia*, n.1, ano XII, jan/mar de 1950.

BRITO, Roquel Soeiro de. **Agricultores e pescadores portugueses no Rio de Janeiro**. *Boletim Geográfico*, ano XIX, n. 165. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, nov/dez de 1961, p. 723/749.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERUTTI, Rosenéa. **Contribuição ao conhecimento da poluição doméstica na Baía Norte, área da Grande Florianópolis, SC**. Florianópolis, 1996. 125 p. Dissertação(Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo. Editora Cortez, v.1, 2005.

CÓRDOVA, Raquel Vieira de. **“Ficar em Terra” – o processo de migração de profissionais da pesca**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFSC, Florianópolis, 1986.

COSTA, Mauro Manuel da. A Biodiversidade na Ilha de Santa Catarina. Disponível em http://www.ambienteimebipe.org.br/artigos/a_biodiversidade.html, acessado em 15 de setembro de 2004.

DIAS NETO, José e DORNELLES, Lia D. C. **Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil**. Brasília: MMA/IBAMA, 1996 (série estudos: pesca n. 20).

DIEGUES, Antonio Carlos S (Coord.). **Populações Litorâneas, movimentos sociais e ecossistemas da Costa do Brasil**. São Paulo: CEMAR/USP, 1992.

_____. Os Movimentos sociais dos pescadores artesanais brasileiros. São Paulo: CEMAR/USP, 1993a.

_____. Pesca Artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para a sua sobrevivência. São Paulo: CEMAR/USP, 1988.

_____. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Realidades e falácias sobre pescadores artesanais**. São Paulo: CEMAR/USP, 1993b.

- _____. **Povos e mares**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. São Paulo : NUPAUB, USP, 1995.
- FARIAS, Vilson Francisco. **São José: 250 anos – natureza, história, cultura**. São José: Ed. Do autor, 1999.
- FELIX, Alexandre; MARQUES, Cledson A.; LISBOA, Cristiane Kleba; RODRIGUES liliam. Compartimentação Geomorfológica de Cacupé e Localidades adjacentes – Florianópolis/SC. 2004. Disponível em http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_104a.htm, acessado em 15 de setembro de 2004.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Ed. Atlas, 1995.
- IBGE. Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000. Santa Catarina.
- HARO, M. A. P. de (Coord.). **Ilha de Santa Catarina. Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. 3ª ed. Florianópolis: Editoras Lunardelli e UFSC, 1990.
- LAGO, Paulo Fernando. **A contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina**. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 23, n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, jan-mar/1961, p. 121/215.
- _____. **Aspectos da pesca em Santa Catarina**. Associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia de Santa Catarina, 1970.
- _____. **Santa Catarina: a terra - o homem e a economia**. Florianópolis: UFSC, 1968.
- LAGO, P. F.; GOUVEIA. **Comunidades pesqueiras de Santa Catarina: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura, 1968.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LIMA, Dário de Araújo. **As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue – Natal (RN)**. Dissertação de Mestrado em Geografia, USFC, Florianópolis, 1995.
- MA/SUDEPE. III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1975/1979), Brasília, s.d.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINS, César Augusto Ávila. Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – Rio Grande (RS). Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. USP, São Paulo, 1997.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital** – Capítulo VI inédito: os resultados da produção imediata. São Paulo, Moraes, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma Monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Célia Maria. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1990.

TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Camponês-pescador-proletário: estudo do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Economia: UFPB, Campus II, 1990.